

Alentejo Hoje
Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Envolvente da Albufeira de Alqueva



O Turismo é um sector que se tem revelado cada vez mais competitivo e com uma importância crescente na economia regional. Com uma estratégia definida, expressa em produtos e destinos progressivamente reconhecidos, as suas actividades estendem-se a uma multiplicidade de vertentes que associam o ordenamento do território e sua qualificação à melhoria das acessibilidades, a qualificação dos recursos humanos ao desenvolvimento de produtos e destinos e por fim, mas não menos importante, o investimento público e privado à exportação. É com o objectivo de contribuir para uma política activa no cumprimento destes desígnios que os apoios ao investimento concedidos ao abrigo dos Fundos Estruturais, nomeadamente do sistema de incentivos do QREN, visam criar as condições necessárias aos diferentes promotores para a qualificação, diferenciação e promoção das suas iniciativas.

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

João de Deus Cordovil

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Divisão de Informação e Informática

Colaboraram neste número:

Amável Candeias
Carla Lázaro
Carlos Almeida
Paula Nobre de Deus
Rosa Onofre
Teresa Godinho

Tiragem: 300 ex.

Edição: Setembro 2011

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Sobreiros



Índice

5

Nota de Abertura

6

Monitorização Regional do QREN

12

Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO

17

Turismo em Observação

27

Demografia Regional

32

Rede Regional de Oferta Formativa: qualificação, eficiência e coesão territorial

Nota de Abertura

Em tempo de mudanças no reordenamento da economia à escala global e de incerteza quanto às tendências futuras, o planeamento regional adquire cada vez mais importância. A sustentabilidade socioeconómica dos territórios assim o exige. Neste enquadramento, a região Alentejo surge na agenda como espaço de oportunidades associadas a importantes investimentos públicos e privados, estruturado por uma rede de acessibilidades que lhe confere uma posição ibérica relevante.

Em todo esse processo de transformação o factor humano é uma condicionante muito importante e ao qual temos de prestar particular atenção. A demografia regional é um dos factores associados ao desenvolvimento do Alentejo que está claramente refletido no PROTA (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo), de tal forma que é fundamental analisar as tendências expressas nos dados do Censo de 2011. Apesar do Alentejo ter sofrido uma diminuição acentuada de população, regista-se uma tendência positiva evidenciada nos eixos associados à acessibilidade nos aglomerados urbanos do Alentejo Litoral e Central.

Estes dados são uma orientação importante para o desenvolvimento das políticas públicas e consequentes opções estratégicas para o território. A tendência positiva que registamos leva-nos a sublinhar a importância de se investir na expansão dos eixos estruturantes de acessibilidades e conectividades previstas no PROTA, como estratégia de atractividade. A coesão e desenvolvimento territorial do País não podem passar ao lado das regiões, temos de apostar fortemente na criação de condições para fixar as pessoas e o investimento no Alentejo.

É com satisfação que observamos sinais interessantes de aposta na dinamização das potencialidades regionais e que assistimos ao surgimento de novas actividades. O sector do turismo é uma das áreas competitivas do Alentejo, onde se tem observado uma sábia conciliação entre a identidade regional e novos investimentos. A diversidade e inovação na oferta potenciam a atracção de diferentes públicos e podem concorrer para aumentar significativamente o volume de negócios na região.

Assim, nesta edição, procuramos retratar uma região de

contrastes, com forte potencial de atracção que se constitui como um desafio à capacidade de concertação de todos os agentes ao nível local, regional e nacional. A construção da rede de oferta formativa regional é um exemplo paradigmático desse desafio, como se pode constatar nesta edição. A própria execução dos fundos comunitários também não é alheia a este desafio, nomeadamente no que se refere à definição das prioridades de investimento estratégico, no sector público, e à sua execução.

No quadro da monitorização do QREN e, no caso concreto do Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO, no segundo trimestre de 2011, assiste-se a uma taxa de compromisso no valor de 74,4%, o que significa que se encontram aprovadas operações que cativavam 3/4 do FEDER para o período 2007/2013, mas a taxa de execução global, em Junho, ainda se situa nos 14,8%, embora com sinais de vir a aumentar brevemente. É, pois, evidente a necessidade de concentrarmos esforços para que o Alentejo venha a beneficiar amplamente dos apoios comunitários ao desenvolvimento regional.

João de Deus Cordovil

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Monitorização Regional do QREN

(Situação reportada a 30 de Junho de 2011)

As Regiões Norte, Centro e Alentejo são as regiões que apresentam problemas estruturais mais relevantes e têm um PIB per capita inferior ao da média europeia (inferior a 75% desta média). Por esta razão, no quadro da política de coesão da União Europeia, estas regiões são as regiões do continente denominadas regiões de convergência e, consequentemente são as principais destinatárias dos fundos comunitários.

QREN no Alentejo - 4631 candidaturas aprovadas, 2330 M€ de Fundo Comunitário

Desde o início do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007) até ao final de Junho de 2011, foram aprovadas no continente cerca de 38 mil candidaturas, que no total propunham um valor de investimento que ultrapassa os 28 mil milhões de euros.

Neste contexto global, 88% das operações aprovadas encontram-se nas regiões de convergência do continente, que por sua vez representam 82% do investimento total aprovado.

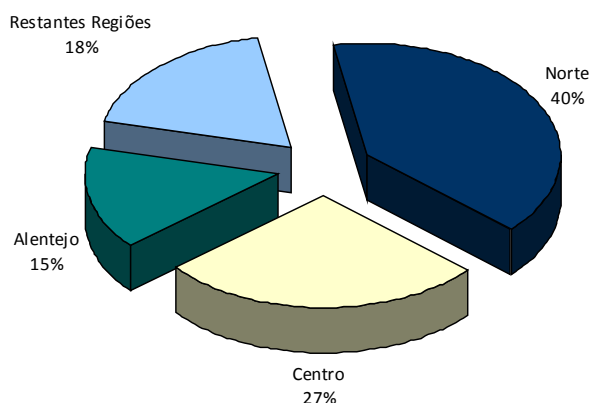
Quadro 1 – Operações Aprovadas no QREN

	Número	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
QREN	37.987	28.332.797	25.361.330	15.467.183	100,0
Região Norte	16.614	10.201.750	9.255.611	6.093.502	39,4%
Região Centro	12.176	8.594.032	7.646.505	4.218.483	27,3%
Região Alentejo	4.631	4.432.228	3.912.067	2.330.309	15,1%
Região Lisboa	3.006	1.465.415	1.220.443	657.869	4,3%
Região Algarve	1.205	523.202	452.822	243.255	1,6%
Multi-regional convergência	343	1.041.607	981.118	655.495	4,2%
Total Continente	37.975	26.258.233	23.468.566	14.198.915	91,8%
Região Autónoma da Madeira		796.513	664.569	368.575	2,4%
Região Autónoma dos Açores		1.240.655	1.190.870	867.967	5,6%
Não regionalizado	5	37.396	37.324	31.725	0,2%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

A região do Alentejo acolhe cerca de 12% do total de candidaturas aprovadas, cerca de 16 % do investimento total proposto e 15% do investimento elegível.

Gráfico 1 – Fundo Comunitário Aprovado por Regiões do Continente



No Alentejo, o investimento elegível representa ainda 88% do investimento total proposto e o apoio aprovado a nível de Fundo Comunitário, representa 60 % do investimento elegível.

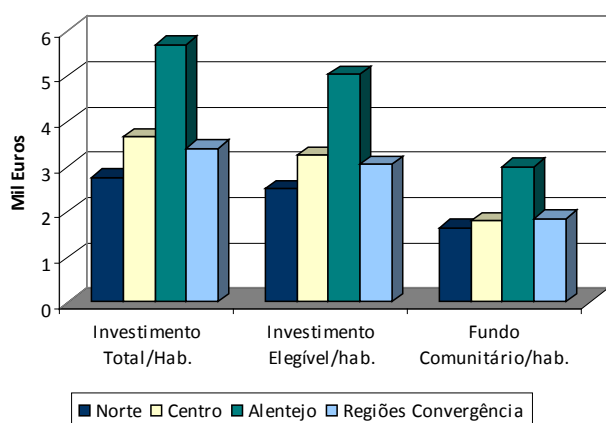
O Alentejo é a região do continente com maior intensidade de investimento per capita de Fundo Comunitário Aprovado – 3 mil euros por habitante, e menor valor por KM² - 75 mil euros

O Alentejo é a região do continente que apresenta valores per capita aprovados para o investimento total, investimento elegível e fundo comunitário mais elevados, valores estes que se situam todos acima da média observada para as regiões de convergência do continente. No que respeita aos valores de fundo comunitário aprovado por habitante o maior valor surge no Alentejo com cerca de 3000 euros e o menor valor regista-se na Região Norte com cerca de 1700 euros. Esta situação decorre fundamentalmente da distribuição da população em cada uma destas regiões (o Norte muito populoso enquanto o Alentejo tem um vasto território com pouca população).

INALENTEJO - Monte Filipe, Hotel e SPA, Nisa

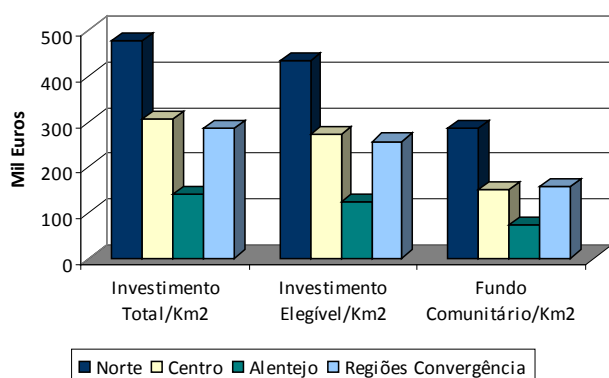


Gráfico 2 – Investimento e Fundo Comunitário per capita por Regiões



Quando se processa o mesmo tipo de análise relativamente à área de cada uma das regiões, o Alentejo apresenta menores valores por Km² para estas variáveis e todas elas inferiores ao valor médio das regiões de convergência do continente. A Região Norte é aquela onde os valores de fundo comunitário por Km² são superiores, apresentando cerca de 250 mil euros por Km² e o Alentejo apenas 75 mil euros por Km². O PO Valorização do Território representa 39% dos fundos comunitários do QREN aprovados para o Alentejo

Gráfico 3 – Investimento e Fundo Comunitário por Km² por Regiões



A Região Alentejo no âmbito das Agendas Temáticas do QREN

A operacionalização global do QREN estrutura-se em três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção com vista ao desenvolvimento económico, social e territorial do país: o Potencial Humano, os Factores de Competitividade da economia e a Valorização do Território.

A Agenda Operacional para o Potencial Humano congrega um conjunto de intervenções que visam a promoção das qualificações escolares e profissionais e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.

Por sua vez, a Agenda Operacional para os Factores de Competitividade abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo ao empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto.

Por fim, a Agenda Operacional para a Valorização do Território visa dotar o país e as suas regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, e como tal, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Quadro 2 – Candidaturas Aprovadas no âmbito das Agendas Temáticas do QREN, no Alentejo

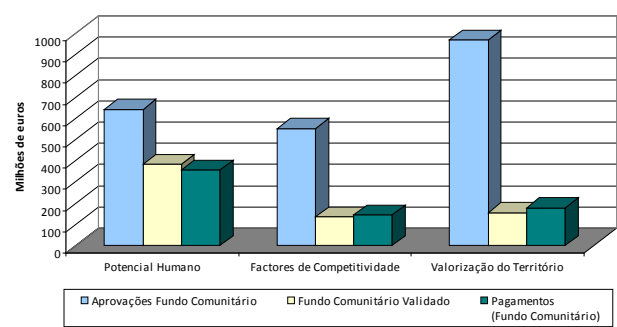
	Número	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	Pagamentos (Fundo Comunitário)	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
Total Agendas Temáticas no Alentejo	4.551	3.672.328	2.162.995	678.215	100,0
Potencial Humano	2.657	890.871	641.109	355.622	29,6%
Factores de Competitividade	1.009	1.419.093	552.111	144.713	25,5%
Valorização do Território	885	1.362.364	969.775	177.880	44,8%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

No Alentejo o maior número de projectos aprovados está concentrado na Agenda Temática do Potencial Humano (58%), por sua vez, o maior volume de investimento elegível aprovado, encontra-se na Agenda Temática dos Factores de Competitividade, que concentra mais de 39% do investimento elegível, enquanto que o maior volume de fundo comunitário aprovado se encontra na Agenda Temática para a Valorização do Território, que acolhe cerca de 45% do total aprovado no âmbito das Agendas Temáticas.

O QREN no Alentejo vem pois a contribuir significativamente para a melhoria da qualificação dos recursos humanos, da competitividade da economia e do emprego e para a coesão territorial.

Gráfico 4 – Execução do Fundo Comunitário no Alentejo por Agenda Temática



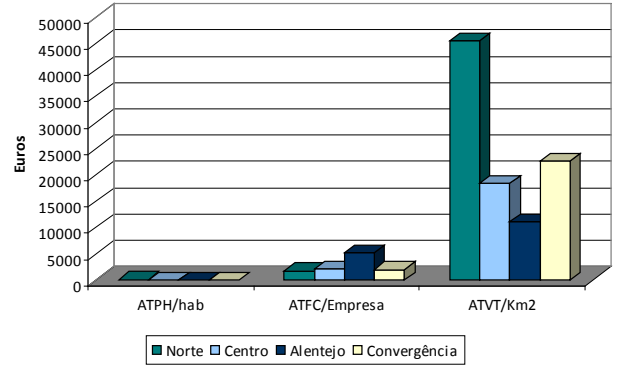
No que respeita à execução do fundo comunitário, apesar de o maior valor de aprovações se encontrar no âmbito da Agenda Temática para a Valorização do Território, a nível de execução, (fundo comunitário validado e fundo comunitário pago) o destaque vai para a Agenda Temática do Potencial Humano que apresenta taxas de realização e de pagamento de 73% e 68%, respectivamente.

A Agenda Temática para a Valorização do Território apresenta taxas de realização e de pagamento de 16% e 18%, respectivamente.

As agendas temáticas e a intensidade dos apoios nas regiões de convergência do continente

Tendo como indicador os valores de fundo comunitário aprovado per capita, no âmbito da Agenda Temática do Potencial Humano (ATPH), o maior valor surge na região Norte com cerca de 105 euros por habitante e o menor valor na região Centro com um valor próximo de 84 euros por habitante. A média das regiões de convergência do continente situa-se nos 96 euros por habitante.

Gráfico 5 – Intensidade do Fundo Comunitário Aprovado, nos PO Regionais, por Agenda Temática



Na Agenda Temática para a Valorização do Território (ATVT), a aplicação do fundo comunitário aprovado por Km², destaca-se também na região Norte, com um valor que ascende a cerca de 50 mil euros por Km², sendo esse valor de 11 mil euros no Alentejo, valor este ligeiramente inferior a metade do valor médio observado para o conjunto das regiões convergência do continente.

Já no que respeita à Agenda Temática dos Factores de Competitividade, numa análise efectuada ao volume médio de fundo comunitário aprovado por empresas sedeadas nas regiões, a região Alentejo é a que apresenta maior valor (5,1 mil euros/empresa), logo seguida pela região Centro (2,1 mil euros/empresa) e pela região Norte (1,8 mil euros/Empresa).

Situação semelhante é a que se nos depara quando se analisa o valor médio de fundo comunitário por operação aprovada, destacando-se uma vez mais o Alentejo, com um valor médio por operação próximo dos 542 mil euros, sendo os valores médios observados nas regiões Centro e Norte, de 407 mil euros e 374 mil euros respectivamente.

Na Agenda Potencial Humano a qualificação dos recursos humanos representa 51% dos fundos comunitários aprovados

Na Agenda Potencial Humano destaca-se a qualificação dos portugueses no âmbito da iniciativa novas oportunidades o que se encontra traduzida na forte concentração dos recursos disponíveis no âmbito da qualificação inicial dos jovens e na qualificação dos adultos (51% dos valores aprovados), em acções de dupla certificação (escolar e profissional).

Quadro 3 – Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática do Potencial Humano, no Alentejo

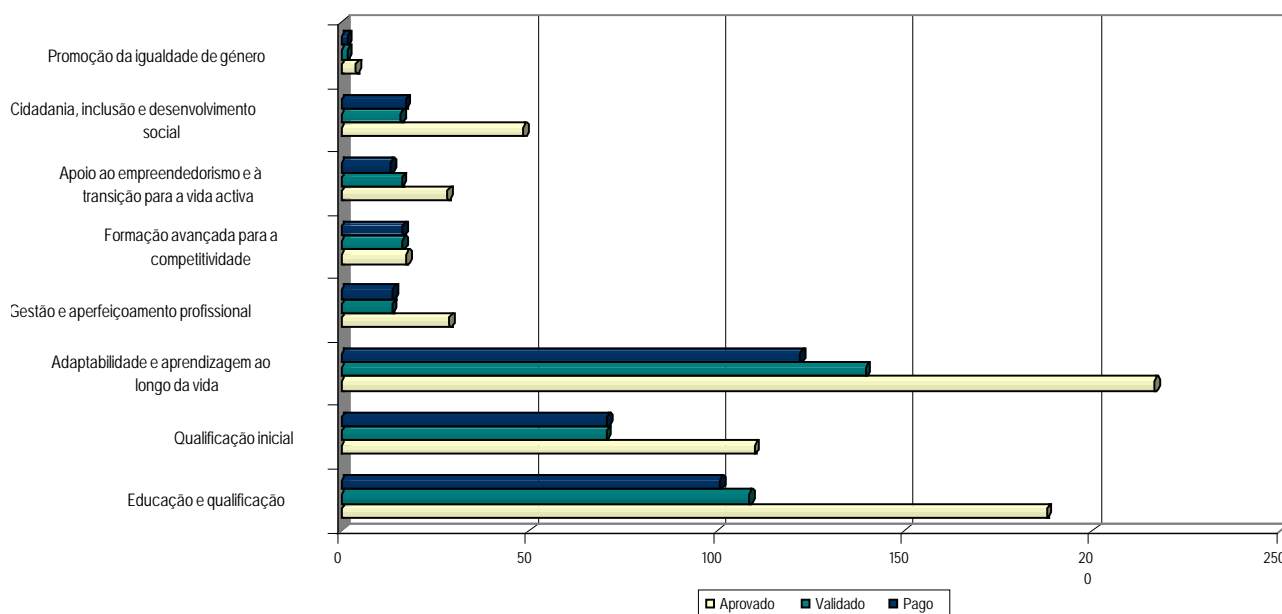
	Número	Investimento Elegível M euros	Fundo Comunitário M euros	Pagamentos (Fundo Comunitário) M euros	% Fundo Comunitário
Total Agenda Temática Potencial Humano Alentejo	2.657	890.871	641.109	355.622	100,0
Educação e Qualificação	75	227.923	187.887	100.835	29,3%
Qualificação inicial	679	157.988	110.020	70.718	17,2%
Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida	836	309.521	216.555	122.146	33,8%
Gestão e aperfeiçoamento profissional	446	44.306	28.777	13.799	4,5%
Formação avançada para a competitividade	10	22.065	17.288	16.412	2,7%
Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa	191	40.425	28.295	13.102	4,4%
Cidadania, inclusão e desenvolvimento social	326	83.082	48.393	17.000	7,5%
Promoção da igualdade de género	94	5.562	3.894	1.611	0,6%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Sendo esta uma agenda fundamentalmente apoiada pelo Fundo Social Europeu, importa destacar o contributo do FEDER, mais especificamente no quadro do apoio à modernização/requalificação das infra-estruturas da rede escolar, o que representa no final de Junho de 2011, cerca de 29% dos apoios aprovados.

Numa análise comparativa com as outras regiões convergência no que respeita aos domínios de intervenção “Qualificação Inicial” e “Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida”, a Região Norte apresenta o maior valor da “Qualificação Inicial”, o Alentejo é a região onde os valores observados são inferiores, ascendendo a pouco mais de 140 euros/hab. Por domínio de intervenção o maior volume de fundo comunitário aprovado, validado e pago está na “Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida” mas já no que respeita às taxas de realização e de pagamento os valores mais significativos são encontrados no âmbito da “Formação avançada para a competitividade”, com valores que se situam acima dos 94%.

Gráfico 6 – Execução do Fundo Comunitário, no Alentejo, na Agenda Temática do Potencial Humano



Agenda Temática Factores de Competitividade - Os incentivos à inovação e qualificação das empresas ascendem a 463 milhões de euros de fundos comunitários

Na Agenda Factores de Competitividade a maioria das operações e fundo aprovados referem-se a “incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização”, que concentra cerca de 84% do fundo comunitário e que consiste maioritariamente em auxílios do estado às empresas, com vista à melhoria da sua competitividade nacional e internacional, induzindo-se também por esta via uma alavancagem no investimento privado.

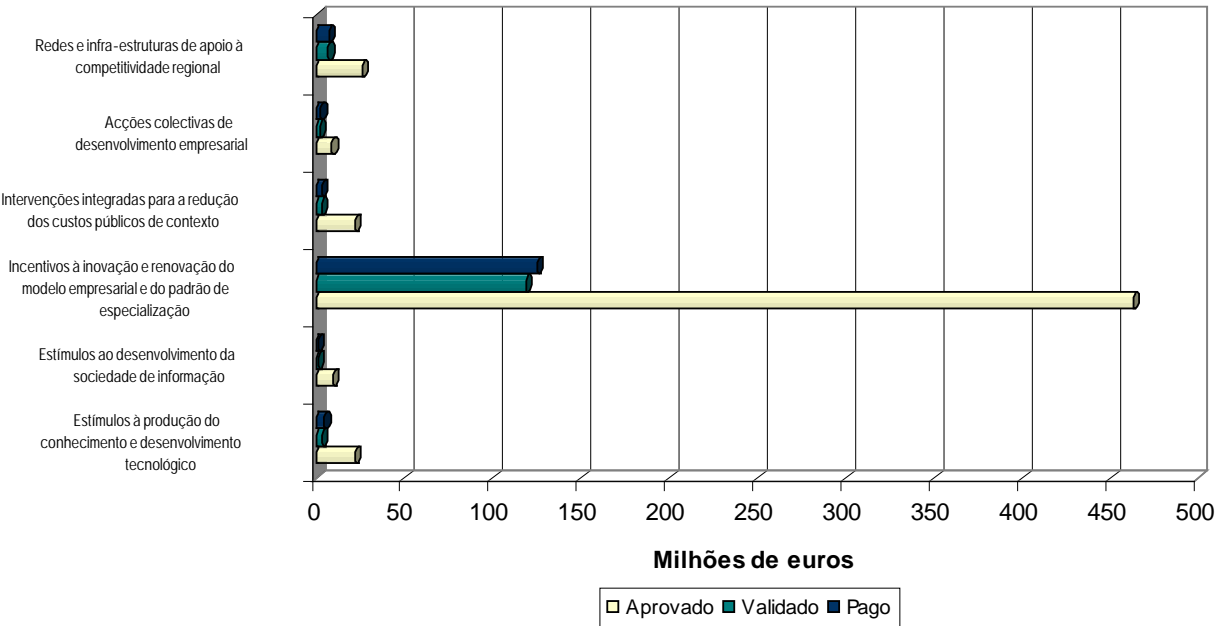
Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática dos Factores de Competitividade, no Alentejo

	Número	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	Pagamentos (Fundo Comunitário)	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
Total Agenda Temática Factores de Competitividade	1.009	1.419.093	552.111	144.713	100,0
Estímulos à Produção do Conhecimento e desenvolvimento tecnológico	200	35.195	22.327	4.746	4,0%
Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade de Informação	40	13.412	9.735	1.256	1,8%
Incentivos à inovação e renovação do Modelo empresarial e do Padrão de especialização	514	1.291.803	463.296	125.634	83,9%
Intervenções integradas para a redução dos Custos Públicos de Contexto	64	31.512	22.018	3.366	4,0%
Acções Colectivas de desenvolvimento empresarial	118	13.076	8.852	2.534	1,6%
Redes e infra-estruturas de apoio à Competitividade regional	73	34.095	25.883	7.177	4,7%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Na execução do fundo comunitário por domínio de intervenção as operações no âmbito dos “Incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização” captam o maior volume de fundo comunitário aprovado, validado e pago. Já no que respeita às taxas de realização e de pagamento os valores mais significativos encontram-se nas “Redes e infra-estruturas de apoio à competitividade regional” e “Acções Colectivas de desenvolvimento empresarial”, com taxas de 26% e de 28%, respectivamente.

Gráfico 7 – Execução do Fundo Comunitário, no Alentejo, na Agenda Temática dos Factores de Competitividade



Na Agenda Temática para a Valorização do Território, a conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade representa, no Alentejo, 53% dos fundos comunitários aprovados

Quadro 5 – Candidaturas Aprovadas no âmbito da Agenda Temática Valorização do Território, no Alentejo

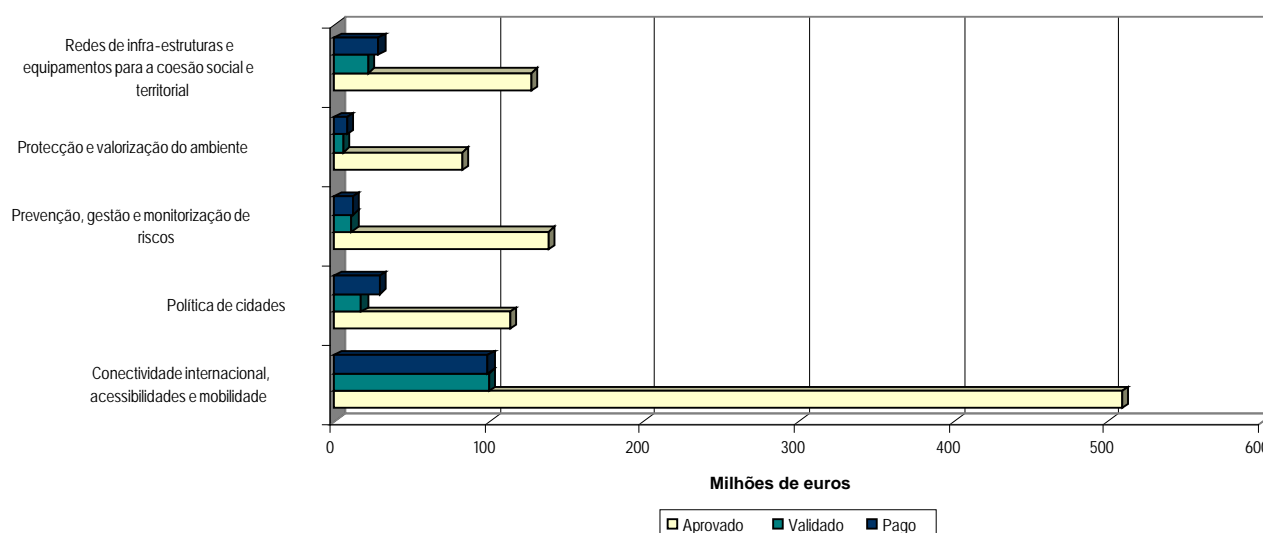
	Número	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	Pagamentos (Fundo Comunitário)	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
Total Agenda Temática Valorização do Território	885	1.362.364	969.775	177.880	100,0
Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade	118	719.571	508.880	99.108	52,5%
Política de cidades	241	158.793	113.318	29.481	11,7%
Prevenção, gestão e monitorização de riscos	82	185.514	137.775	12.197	14,2%
Protecção e valorização do ambiente	215	118.986	82.265	8.447	8,5%
Redes de infra-estruturas e eq. p/ a coesão social e territorial	229	179.500	127.537	28.647	13,2%

Fonte: Observatório QREN - Informação por Regiões

Na Agenda Valorização do Território, e não obstante o maior número de operações se registar na área da “Política de Cidades”, o maior volume de fundos comunitários (53%) encontra-se comprometido no domínio “Conectividade internacional, acessibilidade e Mobilidade”, fruto da aprovação de grandes investimentos nesta área, designadamente a ligação ferroviária Sines/Elvas.



Gráfico 8 – Execução do Fundo Comunitário, no Alentejo, na Agenda Temática Valorização do Território



Numa análise da execução importa assinalar as muito baixas taxas de realização e de pagamento nas diferentes vertentes de intervenção, correspondendo o maior volume de fundo comunitário aprovado, validado e pago à “Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade”, sendo igualmente este domínio que apresenta a maior taxa de realização (19,5%) no seio desta agenda temática. No que respeita à taxa de pagamento, verifica-se que os valores mais significativos são encontrados na vertente “Política de Cidades” com valores de 26%.

Olhando para o que se passa nas outras Regiões de Convergência do Continente Português, no que respeita especificamente à vertente de intervenção “Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade”, e a Fundo Comunitário por Km², verifica-se que a Região Alentejo é a que apresenta maiores valores (16000 euros/Km²), valor em si que supera largamente o valor médio encontrado para o conjunto das Regiões Convergência do Continente que ascende a pouco mais de 10 mil euros/Km². Esta situação está relacionada com os grandes projectos que se encontram em desenvolvimento na Região do Alentejo nesta vertente.

INALENTEJO - Internacionalização da "Amieira Marina"



Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO

Resultados a 30 de Junho de 2011

O INALENTEJO evidencia uma elevada taxa de compromisso dos fundos comunitários de apoio às operações a executar no Alentejo, de tal forma que, em 30 de Junho, se encontravam aprovadas intervenções que cativavam cerca de ¾ da dotação do FEDER disponível para o período de vigência do Programa (2007/2013). Se compararmos esta taxa de compromisso com a do trimestre anterior verifica-se que a mesma passou de 65% para 74,4%.

Quadro 6 – INALENTEJO – Indicadores financeiros

Designação	FEDER						
	Total	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6
	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros	M euros
Dotação do Fundo	868,9	293,6	139,9	200,9	131,4	77,2	26,0
Fundo Aprovado	646,9	193,1	131,9	226,6	62,7	21,8	10,7
Fundo Validado	128,3	29,3	23,9	63,7	3,4	3,0	5,0
	%	%	%	%	%	%	%
Taxa de Execução (Validado/Programado)	14,8	10,0	17,1	31,7	2,6	3,9	19,2
Taxa de Realização (Validado/Aprovado)	19,8	15,2	18,1	28,1	5,4	13,8	46,7
Taxa de Compromisso (Aprovado/Programado)	74,4	65,8	94,3	112,8	47,7	28,2	41,2

Eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento
 Eixo 2 - Desenvolvimento urbano
 Eixo 3 - Conectividade e articulação territorial
 Eixo 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural
 Eixo 5 - Governança e Capacitação Institucional
 Eixo 6 - Assistência técnica

Fonte: INALENTEJO

Este valor de compromisso é particularmente elevado no Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial, no qual excede já a totalidade do fundo disponível (112,8%), e no Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano (94,3%). Contudo, a taxa de realização do Programa fica-se por cerca de 20%, ou seja, 1/5 do montante das operações aprovadas foi convertido em despesa comprovada.

Neste contexto, numa óptica de aplicação dos apoios comunitários, o Alentejo apresenta uma taxa de execução de 14,8%, que corresponde à proporção de FEDER confirmadamente já pago e validado.

A administração autónoma local destaca-se entre os beneficiários com maior volume de apoio comunitário aprovado

A administração autónoma local continua a ser a principal beneficiária dos apoios comunitários ao desenvolvimento regional, sendo responsável por cerca de 50% do FEDER

aprovado para o Alentejo, em montante cerca de 4 vezes superior às micro empresas, que constituem a categoria de beneficiário que aparece em segundo lugar. No seu conjunto, o sector empresarial (micro e pequenas empresas), absorve pouco mais que 1/5 do financiamento aprovado.

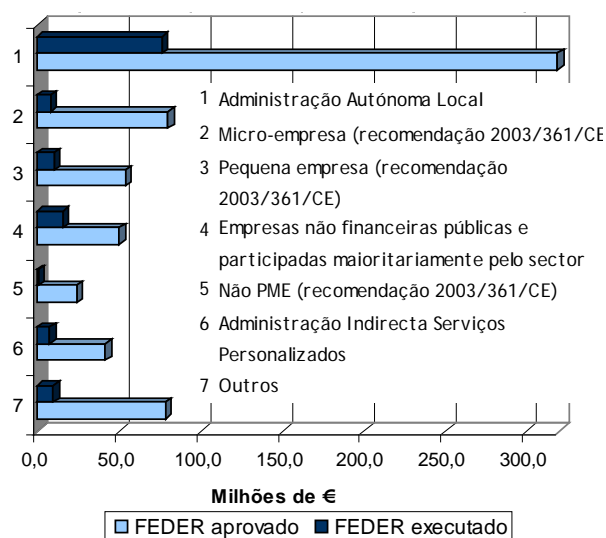
Quadro 7 – INALENTEJO aprovações e execuções por tipo de beneficiário

Tipo de Beneficiário	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	980,1	646,9	100,0	100,0	128,3	100,0
Administração Autónoma Local	421,4	318,7	43,0	49,3	76,3	59,5
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	152,8	80,0	15,6	12,4	8,2	6,4
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	89,1	53,8	9,1	8,3	10,0	7,8
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	71,6	50,3	7,3	7,8	15,6	12,2
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	67,6	24,3	6,9	3,8	0,5	0,4
Administração Indirecta Serviços Personalizados	61,6	41,7	6,3	6,4	7,7	6,0
Outros	116,0	78,1	11,8	12,1	9,9	7,7

Fonte: INALENTEJO

A administração local é pois a maior beneficiária do Programa, o que se reflecte necessariamente nos valores da execução financeira, próximos de 60% da execução total do Programa.

Gráfico 9 – FEDER aprovado e executado por tipo de beneficiário



O eixo 3 revela um valor mais elevado de FEDER aprovado e executado, apesar de não ser o que tem maior valor de investimento elegível aprovado

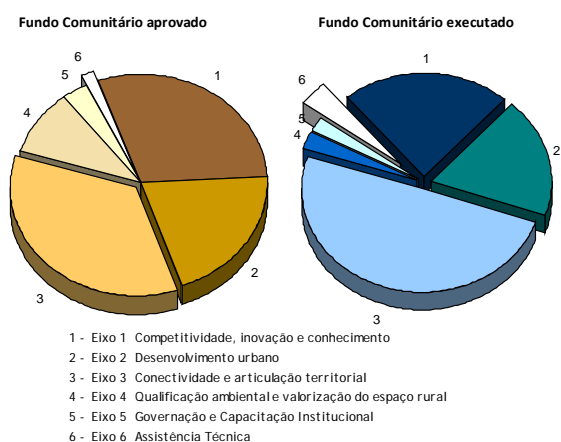
No que concerne às aprovações por eixos prioritários de intervenção, cerca de 1/3 encontra-se adstrita ao Eixo 3 – conectividade e articulação territorial, com um valor não muito superior ao que foi disponibilizado para o Eixo 1, competitividade, inovação e conhecimento, responsável por 29,9% do montante aprovado. Para o Eixo 2 Desenvolvimento Urbano, foram aprovadas operações cujo valor corresponde a pouco mais de 1/5 do fundo comunitário.

Quadro 8 – INALENTEJO - aprovações e execuções por eixo prioritário

Eixo Prioritário	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	980,1	646,9	100,0	100,0	128,3	100,0
Eixo1 - Competitividade, inovação e conhecimento	356,0	193,1	36,3	29,9	29,3	22,8
Eixo2 - Desenvolvimento urbano	187,6	131,9	19,1	20,4	23,9	18,6
Eixo3 - Conectividade e articulação territorial	302,4	226,6	30,9	35,0	63,7	49,7
Eixo4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	91,0	62,7	9,3	9,7	3,4	2,6
Eixo5 - Governação e Capacitação Institucional	30,6	21,8	3,1	3,4	3,0	2,3
Eixo6 - Assistência Técnica	12,6	10,7	1,3	1,7	5,0	3,9

Fonte: INALENTEJO

Gráfico 10 – FEDER aprovado e executado por eixo prioritário



O Eixo 3 destaca-se também na capacidade de execução, de tal forma que a despesa representa cerca de 50% do FEDER já executado, valor superior a mais do dobro dos Eixos 1 e 2, os dois que se seguem com maior capacidade de execução.

Os incentivos à inovação e a política de cidades são as tipologias de operações com maior volume de fundo comunitário aprovado

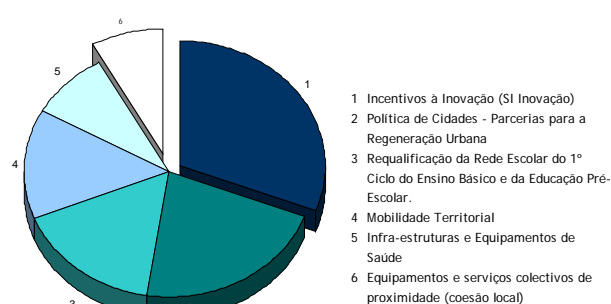
As tipologias de operações que apresentam mais fundo comunitário aprovado são incentivos à inovação (21%) e a política de cidades com aprovações que representam 14,7% daquele fundo. A requalificação da rede escolar consegue ainda a disponibilização de pouco mais de 1/5 (11,2%) do fundo aprovado.

Quadro 9 – INALENTEJO aprovações e execuções por tipologia das operações

Tipologia da Operação	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	980,1	646,9	100,0	100,0	128,3	100,0
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	264,5	135,9	27,0	21,0	15,8	12,3
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	131,3	95,1	13,4	14,7	16,8	13,1
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	92,3	72,6	9,4	11,2	24,7	19,3
Mobilidade Territorial	81,7	63,1	8,3	9,8	26,1	20,4
Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	55,9	39,2	5,7	6,1	8,8	6,8
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	48,8	35,0	5,0	5,4	2,9	2,3
Outros	305,5	206,0	31,2	31,9	33,1	25,8

Fonte: INALENTEJO

Gráfico 11 – FEDER aprovado por tipologia das operações



Os serviços colectivos à população beneficiaram já de 173 milhões de euros de fundo comunitário aprovado

No contexto das principais áreas de intervenção apoiadas pelo Programa Operacional, os incentivos à actividade empresarial representam cerca de 20% do FEDER aprovado para a Região. É no entanto o financiamento de projectos que visam assegurar a dotação dos serviços colectivos à população que mais fundo comunitário aprovado absorveu, cerca de ¼ (26,9%).

Quadro 10 – INALENTEJO aprovações e execuções por áreas de intervenção

Áreas de Intervenção	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	980,1	796,9	121,7	123,2	160,6	100,0
Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters	258,4	128,5	26,4	19,9	20,3	12,6
Assegurar a dotação de serviços colectivos à população	234,1	173,7	23,9	26,9	39,5	24,6
Promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades	127,3	93,1	13,0	14,4	18,4	11,4
Aumentar as actividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	57,2	34,6	5,8	5,3	3,0	1,9
Reforçar a mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes	48,1	38,0	4,9	5,9	14,0	8,7
Reforçar a competitividade e atractividade das cidades	42,6	28,8	4,3	4,4	0,8	0,5
Outros	212,5	150,1	21,7	23,2	32,3	20,1

Fonte: INALENTEJO

A promoção do desenvolvimento urbano sustentável das cidades constituiu-se como a terceira área de intervenção em termos de FEDER aprovado e executado (14,4% e 1,9% respectivamente).

Gráfico 12 – FEDER aprovado por áreas de intervenção



INALENTEJO - Centro Interpretação da Batalha dos Atoleiros - Fronteira





INALENTEJO - Matadouro de Santarem

INALENTEJO - L'And Vineyards, Montemor-o-Novo





Turismo em Observação

O sector do Turismo, nestes últimos anos, desenvolveu-se de forma sustentada num quadro marcado a nível nacional pela definição de instrumentos de política pública nacionais, designadamente o Plano Estratégico Nacional do Turismo, que potenciaram o reforço do alinhamento dos esforços de entidades públicas e privadas no desenvolvimento do sector, e ao nível regional, pela definição de uma estratégia de desenvolvimento do sector que permitiu a identificação de potenciais trajectórias de desenvolvimento do Alentejo enquanto destino turístico de excelência, visando dar respostas a um consumidor cada vez mais focado na diversidade e qualidade das experiências vivenciadas (Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Plano Operacional de Turismo do Alentejo).

Este desenvolvimento contribuiu para que em 2010, o sector do Turismo tivesse sido "o maior sector exportador do país, representando uma quota de 14,0% no total das Exportações de Bens e Serviços¹", o que representa um potencial competitivo crescente na economia mundial e nacional.

No Alentejo, o seu potencial competitivo assenta no traço distintivo da região que proporciona excepcionais condições ambientais, patrimoniais e cénicas que podem alavancar ofertas turísticas diferenciadas e genuínas, nas vertentes da fruição da natureza, cultura, gastronomia, saúde e bem-estar, entre outras. Estas condições naturais têm vindo a ser qualificadas com a dotação da região de novas unidades de acolhimento com especial enfoque nas novas tendências do turismo, directamente relacionadas com sensações e vivências únicas e inesquecíveis.

Também as novas oportunidades geradas na Região com a concretização de grandes investimentos públicos como o Empreendimento de Fins-Múltiplos de Alqueva, as novas ligações rodo-ferroviárias, as novas valências do porto de Sines e o aeroporto de Beja, conjugadas com a modernização e qualificação das actividades tradicionais no Alentejo, proporcionam condições para o surgimento de um conjunto de investimentos na região associados ao Turismo.

O Sector turístico no Alentejo

O Alentejo (compreendendo as NUT III – Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo) é uma região caracterizada por um extenso território composto por uma estrutura económica onde as empresas na sua globalidade representam apenas 4,2% do total nacional e as Sociedades 3,2%, com um contributo de 8.175.635 milhares de euros de volume de negócios (2,2%) para o total nacional. Dadas as suas características, as empresas são na sua maioria, mais de 95%, pequenas e médias empresas.

No que respeita especificamente ao sector turismo, que caracterizamos pela Actividade I – Alojamento, Restauração e Similares, segundo a CAE-Rev.3, ao nível da região Alentejo, as empresas por município da sede, em 2008, representavam 12% do total das empresas da região, as sociedades representavam 10,7%, pelo que a nível empresarial houve um contributo de 358.109 milhares de euros (4,4%) para o total regional do volume de negócios.

Quadro 1 - Empresas e Sociedades por Município da Sede, 2010

	Empresas		Sociedades		Volume de Negócios	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Milhares €	(%)
Portugal	1.096.255		350.871		368.392.426	
Alentejo	45.644	4,2	11.159	3,2	8.175.635	2,2
Alentejo - I	5.518	12,1	1.190	10,7	358.109	4,4

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2010. Empresas e Sociedades por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008

CAE: I - Alojamento, Restauração e Similares

No contexto sub-regional, o Alentejo Central, com cerca de um terço das empresas por município detém uma clara supremacia na distribuição do volume de negócios, tendo atingido os 119.604 milhares de euros em 2008, o que contrasta claramente com os 79.899 e 63.021 milhares de euros do Alto e Baixo Alentejo, respectivamente.

Quadro 2 - Alentejo: CAE I - Alojamento, Restauração e Similares, 2010

NUT	Empresas		Sociedades		Volume de Negócios	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Milhares €	(%)
Alentejo Litoral	1.200	21,7	268	22,5	95.584	26,7
Alto Alentejo	1.204	21,8	300	25,2	79.899	22,3
Alentejo Central	1.722	31,2	425	35,7	119.604	33,4
Baixo Alentejo	1.392	25,2	197	17	63.021	17,6
Alentejo	5.518		1.190		358.109	

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2010. Empresas e Sociedades por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2008

CAE: I - Alojamento, Restauração e Similares

1 "O Turismo na Economia – Evolução do contributo do Turismo para a economia portuguesa", Turismo de Portugal, IP, 2011

Relativamente ao emprego, existem no Alentejo 11.397 pessoas ao serviço nas empresas por município da sede, na actividade Alojamento, Restauração e Similares, que representa 10% do total do pessoal ao serviço nas empresas a nível regional. Numa análise sub-regional, uma vez mais o Alentejo Central destaca-se claramente das restantes sub-regiões, representando aproximadamente 33% do total do emprego nesta actividade, e representa 9,1% do pessoal ao serviço nas empresas.

Quadro 3 - Pessoal ao Serviço nas Empresas, 2010

NUT	Total	CAE: I		
		Nº	% Total	% NUT
Alentejo Litoral	22.651	2.754	12,2	24,2
Alto Alentejo	25.006	2.570	10,3	22,5
Alentejo Central	41.013	3.748	9,1	32,9
Baixo Alentejo	25.377	2.325	9,2	20,4
Alentejo	114.047	11.397	10,0	

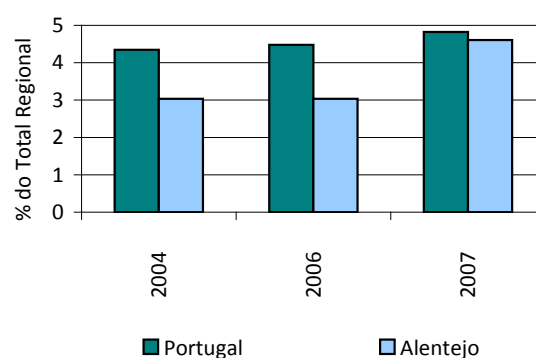
Fonte: INE, I.P., Portugal, 2010. Pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, segundo a CAE - Rev. 3, 2008

CAE: I - Alojamento, Restauração e Similares

A estratégia da região na diversificação e alargamento da base económica regional, passa pela aposta no turismo, onde se destacam os investimentos com características diferenciadoras e que proporcionam um conjunto de experiências e actividades personalizadas, em torno das características e dos produtos regionais (ambiente, cultura, gastronomia e vinhos, entre outros), apresentando-se como experiências que podem ser vividas num ambiente exclusivo e inimitável, associando a ruralidade e a modernidade.

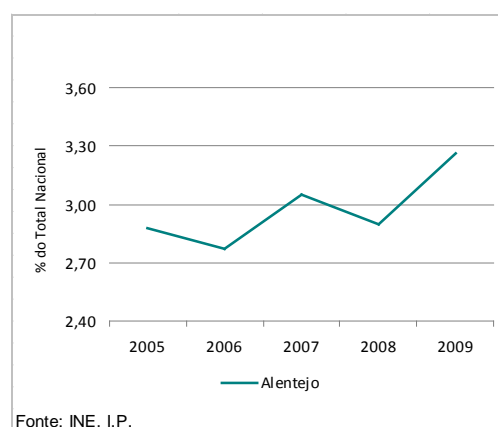
Esta realidade da oferta regional destaca-se com o peso que o VAB das actividades “Alojamento, restauração e similares” têm vindo a registar no total do VAB regional, cuja tendência mostra um fortalecimento do seu peso no total da região, reforçando a importância crescente que este sector tem enquanto gerador de riqueza, reforçado pela evolução positiva dos proveitos globais dos estabelecimentos hoteleiros.

Gráfico 1 - Peso do VAB da CAE I



Fonte: INE, I.P., Portugal, 2005,2006,2007,2008

Gráfico 2 - Proveitos Globais nos Estabelecimentos Hoteleiros



Nos anos mais recentes, o destino turístico também se dotou de novos atractivos, baseados na prática desportiva, instalações para a saúde e bem-estar ou instalações para realização de eventos de negócios entre outros. Além disso, desenvolveu-se uma vasta rede de pequenas empresas que oferecem serviços complementares de hotelaria, dinamização de actividades culturais e desportivas dispersas por todo o território, de elevada qualidade e com diversidade de respostas, que se constituem em si novas oportunidades de atractividade do destino.

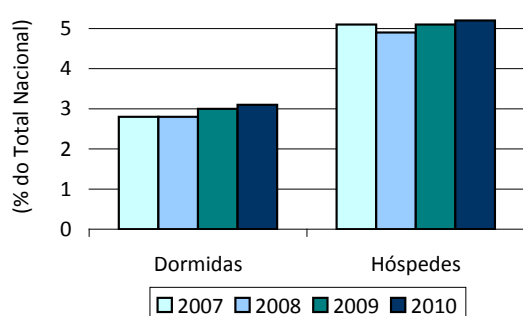
O turismo constitui deste modo, um sector correctamente identificado como estratégico para a continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento económico do Alentejo, o qual em 2009, já atingiu o milhão de dormidas na região. Esta evolução mostra uma recuperação da posição do Alentejo, perante o total nacional, que, apesar de lenta tem-se acentuado nos últimos anos. O aumento





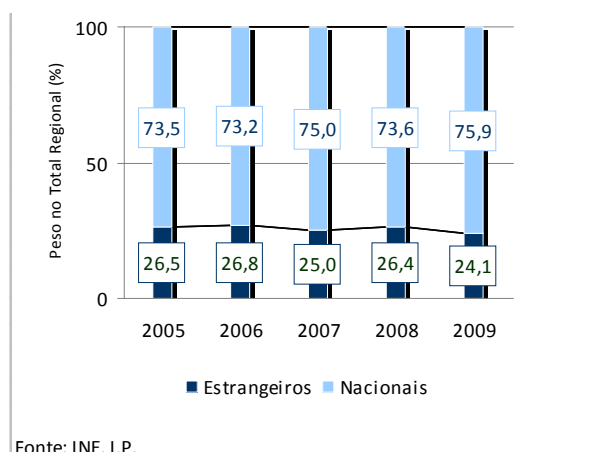
gradual do número de hóspedes, que em 2010 ultrapassaram os 702 mil na região, tem gerado um significativo aumento do número de dormidas (em 2010 foi de 1.179 mil na região) que se reflecte no crescente aumento do contributo da região para o total das dormidas a nível nacional. De referir que no Alentejo, o mercado nacional continua a ser o principal mercado emissor do destino regional.

Gráfico 3 - Evolução Dormidas e Hóspedes do Alentejo



Fonte: INE, I.P.

Gráfico 4 - Hóspedes por Tipo de Mercado



Fonte: INE, I.P.

Desenvolvimento estratégico do sector na região

Com a definição de instrumentos de política pública nacionais, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) concretiza objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector do turismo, focalizando as estratégias regionais que devem actuar ao nível da melhoria da oferta nas novas áreas de desenvolvimento turístico. Neste âmbito, o Alentejo integra-se na área de intervenção da Turismo do Alentejo, ERT, a qual abrange dois Pólos de Desenvolvi-

mento Turístico: Pólo do Litoral Alentejano (PDT Litoral) e o Pólo Terras do Grande Lago de Alqueva – Alentejo (PDT Alqueva).

Estas linhas directoras, associadas às especificidades da região, concretizam o principal desígnio sectorial ao nível dos Objectivos Estratégicos de Base Territorial definidos no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA): “Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na região.”

Numa breve caracterização, o Alentejo apresenta como factores distintivos: a cidade de Évora - Património Mundial da UNESCO - diversidade no património material e imaterial, paisagens de planície, 170 km de praias com excelência ambiental, albufeira de Alqueva com 1100km de perímetro, gastronomia e vinhos, ambiente seguro e proximidade a Lisboa e Badajoz.

Tendo por base estes factores, o PROTA definiu que o posicionamento turístico do Alentejo deverá privilegiar a associação do recreio e lazer com o património histórico e ambiental, a gastronomia, o artesanato, a cultura, a natureza e a descoberta e a interacção entre as actividades turísticas e as actividades agrícolas e florestais no espaço rural. Ao nível dos produtos, o Alentejo deve reforçar as dinâmicas de produtos já consolidados e com tradição na região (circuitos turísticos, sol e mar, gastronomia e vinhos, TER, turismo de natureza e turismo cinegético), sendo secundados por produtos diversificadores da oferta actual que vise segmentos turísticos mais direccionados (conjuntos turísticos, golfe, saúde e bem-estar, turismo náutico de recreio, turismo equestre e geoturismo).

Tendo em conta as orientações estratégicas definidas no PENT e no PROTA, considera-se oportuno avaliar como os diferentes Programas de financiamento com fundos comunitários ao dispor do sector têm respondido àqueles objectivos. Para o efeito analisam-se seguidamente os projectos até agora aprovados, procurando perceber se os mesmos confirmam as tendências propostas nos documentos mencionados, ou se por contrário, os promotores têm vindo a responder de maneira diferente perante a evolução do contexto competitivo nacional e internacional que levou a um conjunto de novos desafios ao sector.

Investimentos no turismo na região Alentejo

Desde 2007 que o Quadro de Referência Estratégico Nacional contempla a possibilidade de financiamento de diferentes e diversificadas tipologias de projectos associados à actividade turística.

Sendo este um sector estratégico para a região, identificaram-se e analisaram-se os projectos aprovados na região Alentejo até 30 de Junho pp (compreendendo as NUT III - Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo), nos seguintes Programas Comunitários: Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), Programa Operacional Regional do Alentejo (INALENTEJO) e Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP).

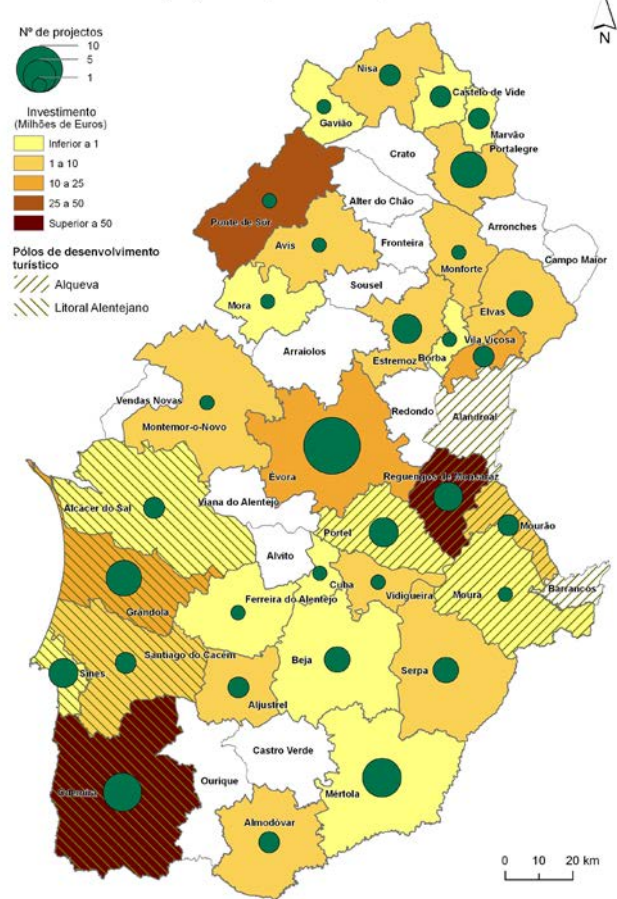
Quadro 4 - Projectos e Investimento Aprovado por NUT III

NUT	Nº Projectos	Investimento Aprovado (€)	Fundo Comunitário (€)
Alentejo Litoral	22	71.241.114	23.365.671
Alto Alentejo	19	42.268.223	16.054.911
Alentejo Central	34	100.885.386	51.148.097
Baixo Alentejo	21	9.404.730	5.651.909
Transversais	2	2.288.732	542.488
Alentejo	98	226.088.185	96.763.076

Fonte CCDR Alentejo

No Alentejo foram aprovados 98 projectos associados a actividades turísticas, com um investimento total elegível de 226.088 mil euros a que correspondeu uma participação comunitária de 96.763 mil euros. Ao nível de NUT III existe um destaque para o Alentejo Litoral com 22 projectos aprovados para os seus 5 municípios, seguido do Alentejo Central onde Évora se destaca com 15 projectos aprovados. Já as restantes NUT III Alto e Baixo Alentejo demonstram uma reduzida dinâmica. Estas diferenças são também acentuadas no que se refere ao volume de investimento aprovado onde, o Alentejo Central e o Alentejo Litoral, no seu conjunto, representam mais de 76% do total do investimento aprovado neste sector para o Alentejo.

Investimento e projectos por município



Em termos de investimentos aprovados 33 dos 98 projectos integram-se nos Pólos de Desenvolvimento Turístico previstos no PENT, o que corresponde um investimento aprovado de 127.446 mil euros (56% do total regional). No PDT Litoral, os municípios de Grândola e de Odemira destacam-se claramente com 60% do total do investimento aprovado e com 13 dos 22 projectos. Já no que se refere ao PDT Alqueva, o município de Reguengos de Monsaraz com 52.523 mil euros de investimento aprovado representa 93% da totalidade do investimento aprovado para o Pólo.

De referir que na vigência do QREN ainda não foi aprovado qualquer projecto de natureza turística, público ou privado, para os municípios de Alandroal e Barrancos, apesar de integrarem o PDT Alqueva, não se verificando assim qualquer influência desta especificidade no seu território. Na globalidade, os valores indicam que, apesar de haver alguma dispersão territorial dos investimentos na região e da difícil conjuntura económica nacional e internacional, os promotores estão a reagir de forma positiva e coerente

com as propostas e orientações reflectidas nos documentos estratégicos do sector turístico para a Região.

Quadro 5 – Projectos e Investimento por Pólo Turístico

Pólos de Desenvolvimento Turístico	Nº Projectos	Investimento Aprovado (€)
Litoral Alentejano		
Alcácer do Sal	2	130.593
Grândola	6	12.624.252
Santiago do Cacém	2	3.229.640
Sines	4	999.364
Odemira	7	53.869.793
Transversal	1	387.472
Sub-total	22	71.241.114
Terras do Grande Lago de Alqueva		
Alandroal	-	-
Barrancos	-	-
Moura	1	76.412
Mourão	2	2.888.669
Portel	4	716.564
Reguengos de Monsaraz	4	52.523.234
Sub-total	11	56.204.879
TOTAL	33	127.445.993

Fonte CCDR Alentejo

Tipologias de investimento e promotores

As principais tipologias de investimento registaram-se ao nível da qualificação e reforço da oferta turística através da construção, expansão ou modernização de estabelecimentos hoteleiros, parques de campismos ou outros tipos de alojamentos (**Qualificação da Oferta Turística**), da valorização de activos específicos com interesse turístico, criando as condições necessárias nos recursos patrimoniais ou naturais para a sua utilização enquanto activo turístico (**Valorização de Activos Específicos**), e da **Promoção e Marketing Territorial**, garantindo e aprofundando acções de projecção nacional e/ou internacional de destinos, produtos, imagens ou actividades de animação que contribuam para o fortalecimento da região enquanto destino.

Quadro 6 - Projectos e Investimento por Tipologia de Intervenção

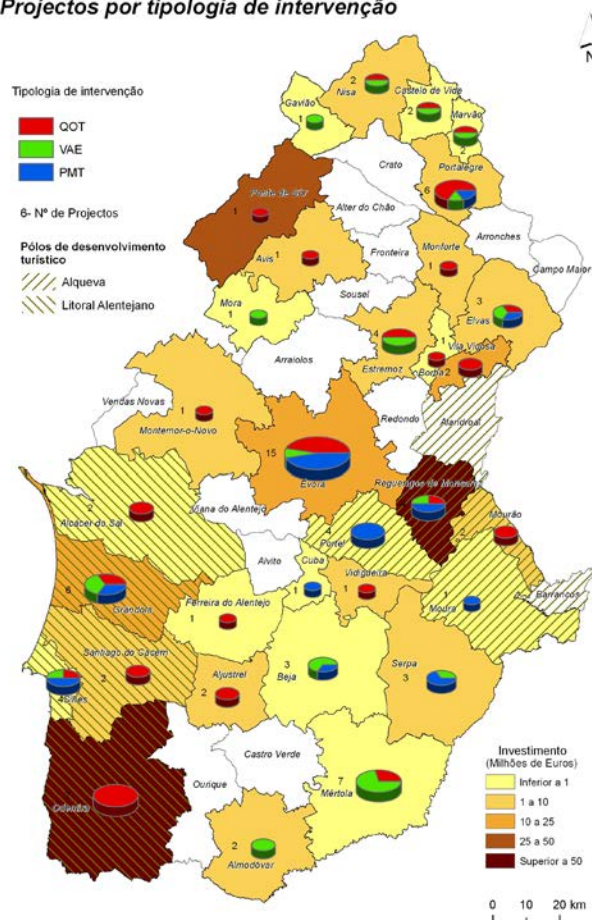
Tipologias	Nº	Investimento Aprovado (€)	Financiamento Comunitário Aprovado (€)
Qualificação da Oferta Turística (QOT)	47	194.180.522	79.150.931
Valorização de Activos Específicos (VAE)	25	16.842.328	10.534.252
Promoção e Marketing Territorial (PMT)	26	15.065.335	7.077.893
TOTAL	98	226.088.185	96.763.076

Fonte CCDR Alentejo

para a sua consolidação e expansão enquanto destino turístico. Esta realidade assume uma expressão mais significativa quando olhamos para o montante de investimento elegível associado que ascende a 194.180 mil euros (cerca de 86%). De realçar que este investimento tanto se refere a projectos de qualificação de empreendimentos já existentes como à construção de novas unidades.

Já quanto à Valorização de Activos Específicos e à Promoção e Marketing Territorial regista-se uma repartição semelhante quer do número de projectos, quer de investimento aprovado associado, que contribuirão para a consolidação de produtos como os circuitos turísticos e a

Projectos por tipologia de intervenção



promoção turística da região.

Em termos de dispersão territorial a Qualificação da Oferta Turística é a tipologia que está presente na maioria do território, não existindo uma associação directa entre o número de projectos e a dimensão do investimento aprovado. Por exemplo, no município de Ponte de Sôr, um único projecto torna o município enquadrado no segundo maior escalão de investimento aprovado ao nível regional. Numa análise mais fina dos projectos aprovados verifica-

-se uma apetência para os produtos e actividades já com alguma tradição no Alentejo, apostando claramente na sua qualificação e diferenciação, reforçando as dinâmicas até agora existentes. Por outro lado, produtos como o turismo náutico de recreio, o turismo equestre e os conjuntos turísticos também começam a registar alguma expressão na região, com destaque para as actividades associadas à Amieira Marina – Alqueva, ao Porto de Recreio de Sines e à Marina de Tróia, trazendo novas valências para a região que podem contribuir para a diminuição da sazonalidade.

Quadro 7 - Projectos e Investimento por Natureza do Promotor

Tipologia Promotores	Nº	Investimento
Administração Local (AAL)	24	6.178.451
Outras Entidades Públicas Regionais (OEPR)	7	3.061.379
Não PME (recomendação 2003/361/CE) (N_PME)	3	77.589.167
Empresa de média dimensão (Recomen.2003/361/CE) (EMD)	4	3.659.070
Micro e Pequena Empresa (Recomen. 2003/361/CE) (MPE)	54	132.650.049
Outras Entidades Privadas (OEP)	6	2.950.069
Alentejo	98	226.088.185

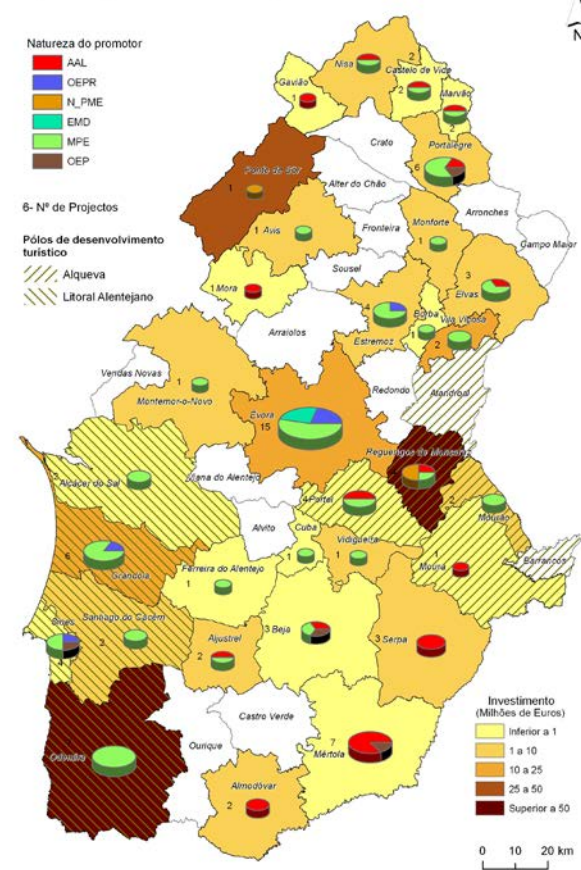
Fonte CCDR Alentejo

Ao nível da tipologia de promotores com projectos aprovados no âmbito destes fundos de financiamento, os principais promotores são as pequenas e médias empresas com 60% do número de projectos elegíveis e 59% do total do investimento aprovado para o Alentejo.

Em termos do investimento, apesar de cerca de 25% dos projectos serem promovidos pela Administração Local,

INALENTEJO - Hotel Ibérico, Vila Viçosa

Projectos por natureza do promotor



o investimento corresponde apenas a 3% do total do investimento elegível neste sector no Alentejo. Em sentido contrário apesar de haver apenas 3 projectos aprovados a promotores privados não PME, o investimento correspon-



dente representa 34,3% do total regional.

Os municípios que têm mais de cinco projectos aprovados são: Évora, Grândola, Mértola, Odemira e Portalegre, onde se localizam 41 dos 98 projectos aprovados.

Em termos da tipologia de promotores, verifica-se uma grande dispersão por todo o território de projectos da responsabilidade de Micro e Pequenas Empresas, sendo em Évora onde se localizam todos os investimentos das Empresas de Média Dimensão. No que se refere aos investimentos das Autarquias Locais, estes centram-se essencialmente no Baixo Alentejo, onde se destaca Mértola, em que dos 7 projectos aprovados 6 são da Administração Local.

Quadro 8 - Projectos e Investimento por Tipologia de Intervenção e por Promotor

Tipologias	Qualificação da Oferta Turística (QOT)		Valorização de Activos Específicos (VAE)		Promoção e Marketing Territorial (PMT)	
	Nº	Investimento Aprovado (€)	Nº	Investimento Aprovado (€)	Nº	Investimento Aprovado (€)
Administração Local (AAL)	3	6.220.655	14	14.442.359	7	1.679.571
Outras Entidades Públicas Regionais (OEPR)	-	0	5	1.148.324	2	1.292.981
Não PME (recomendação 2003/361/CE) (N_PME)	2	8.488.588	-	0	1	2.477.024
Empresa de Média Dimensão (Recomen.2003/361/CE) (EMD)	2	9.550.181	-	0	2	92.113
Micro e Pequena Empresa (Recomen. 2003/361/CE) (MPE)	40	169.921.098	3	313.697	11	7.311.050
Outras Entidades Privadas (OEP)	-	0	3	937.947	3	2.212.596
SUB-TOTAL	47	194.180.522	25	16.842.328	26	15.065.335

Fonte CCDD Alentejo

Ao analisarmos as tipologias de intervenção por promotor, as Micro e Pequenas Empresas são as entidades responsáveis pelo maior número de investimentos na Qualificação da Oferta Turística (85% de projectos e 87,5% do investimento), aumentando assim significativamente a capacidade de oferta de alojamento do destino e na Promoção e Marketing Territorial (42,3% de projectos e 48,5% do investimento) apostando numa divulgação do produto e não do destino. A Administração Local é o promotor responsável pelo maior número de projectos e de investimento associado à Valorização dos Activos Específicos com interesse turístico, dotando-os das condições necessárias à sua utilização turística (56% dos projectos e 85,8% do investimento).

Globalmente, no Alentejo, não sendo um dos destinos turísticos de maior relevo a nível nacional, os últimos resultados demonstram capacidade para responder aos desafios que a conjuntura económica coloca e para que o turismo se afirme cada vez mais como uma das ares chaves para a promoção de desenvolvimento económico, social e territorial de toda a região. O reforço da notoriedade da marca Alentejo, da capacidade da oferta e respectiva qualificação efectuada principalmente por micro e pequenas empresas são alguns dos indicadores da tendência de desenvolvimento do sector na região que podem produzir impactes diferenciadores na diversificação da base económica regional.





Demografia Regional

Segundo os dados preliminares do Censo de 2011

A disponibilização dos dados preliminares por parte do INE relativamente ao Censo 2011, permite efectuar desde já uma análise sumária desses dados.

Segundo aqueles resultados preliminares, residem no Alentejo (NUT II até 2001) 510 906 habitantes, que correspondem a 4,8% da população nacional, distribuídos pelo território regional da seguinte forma: 23,3% (118 858) no Alto Alentejo, 32,8% (167 528) no Alentejo Central; 24,8% (126 602) no Baixo Alentejo e 19,1% (97 918) no Alentejo Litoral.

Na Lezíria do Tejo residiam 247 833 pessoas que para efeitos estatísticos integram a NUT II Alentejo (pós 2001), pelo que nesta perspectiva o Alentejo possui 758 739 habitantes, numa proporção de 7,1% do total nacional.

Quadro 1 - População Residente, Alojamentos, Famílias e Edifícios Alentejo e NUT III

Designação	NUT II e III						
	Alentejo + Lezíria do Tejo	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
População (Mil Habitantes)	758,7	510,9	97,9	118,9	167,5	126,6	247,8
Variação 2001/2011 (Mil Hab)	-17,8	-24,8	-2,1	-8,2	-6,1	-8,5	7,0
Variação 2001/2011 (%)	-2,3	-4,9	-2,1	-6,4	-3,5	-6,3	2,9
Alojamentos (Mil.)	472,8	335,1	68,8	82,0	99,3	85,0	137,8
Variação 2001/2011 (%)	11,6	9,6	14,8	7,6	10,6	5,5	17,6
Edifícios (Mil.)	384,8	277,5	53,7	68,4	80,3	75,1	107,2
Variação 2001/2011 (%)	10,0	8,7	14,4	6,0	8,6	5,8	14,7
Famílias (Mil.)	306,2	208,3	41,2	48,1	68,0	51,0	97,9
Variação 2001/2011 (%)	4,5	3,0	7,7	-1,2	3,7	1,8	8,4

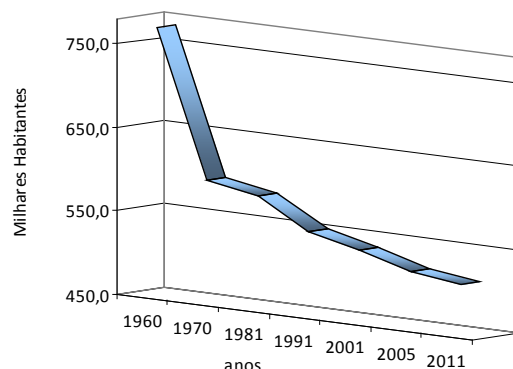
Fonte: INE – Censos 2011, resultados preliminares

O Alentejo perdeu, na última década, cerca de 24 847 habitantes

De uma forma retrospectiva verifica-se que o Alentejo perdeu, na última década, cerca de 24 847 habitantes, o que corresponde a uma redução de cerca de 2 500 residentes por ano. Esta redução, em termos relativos, representa uma taxa de variação de -4,6% e configura um considerável agravamento na evolução demográfica regressiva do Alentejo, que sofre uma diminuição de população num quantitativo próximo do dobro do verificado na década anterior (13 609 habitantes, em 1991/2001).

Desta forma, confirma-se a incapacidade de regeneração demográfica que o Alentejo vem manifestando desde os anos 50, de tal forma que, associado ao considerável envelhecimento dos seus efectivos populacionais, a demografia regional se configura já como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento regional.

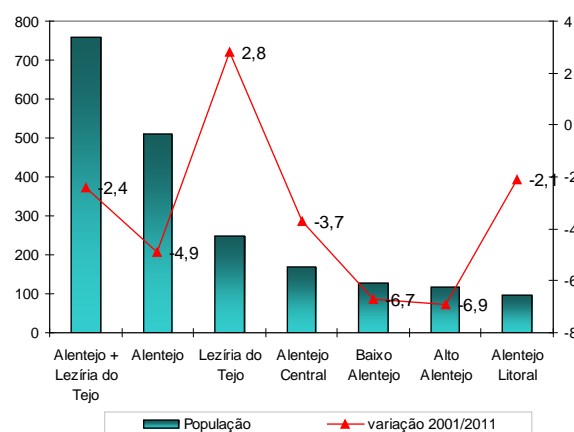
Gráfico 1- População Residente - Alentejo 1960 a 2011



Quando olhamos a evolução populacional no contexto da NUT II Alentejo (com integração da Lezíria do Tejo), verificamos que a diminuição é menor, próxima dos 18 mil habitantes, e que representa uma redução de -2,3% da população residente na região estatística Alentejo. Isto porque beneficia do crescimento de cerca de 3% que se verificou na Lezíria do Tejo, que constitui a única unidade territorial para fins estatísticos de nível III do Alentejo que viu a sua população aumentar na última década.

As restantes 4 sub-regiões caracterizam-se por terem sofrido diminuições no seu efectivo populacional. No caso do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, a diminuição foi considerável, em proporções superiores a 5% (6,5 e 6,3% respectivamente). O Alentejo Litoral é a NUT III que menos população perde (-2,1%), embora contrarie o crescimento de 1,5% que havia registado na década anterior. O Alentejo Central que, na última década tinha registado um crescimento próximo do zero (0,3%), perde agora 3,5% dos seus residentes, valor que vem contrariar as expectativas de crescimento que se vinham a manifestar para esta sub-região.

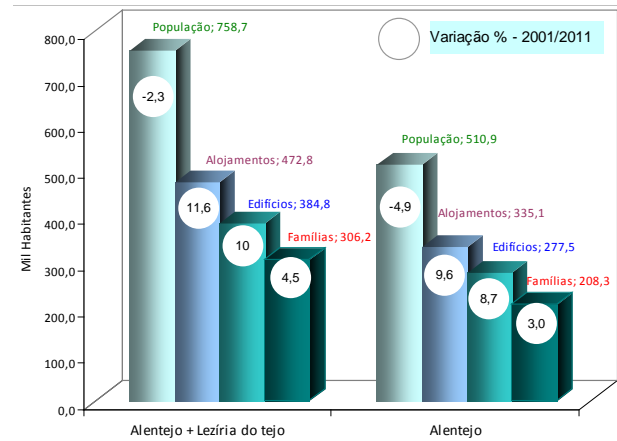
Gráfico 2 - População Residente e Variação 2001/2011 Alentejo e NUT III



Contrariando a evolução demográfica, no Alentejo, na última década, verificou-se um aumento do número de famílias, alojamentos e edifícios

Apesar deste definhamento demográfico, no Alentejo, na última década, verificou-se um aumento do número de famílias, numa proporção de 3% (4,5% se considerarmos a geografia da NUT II Alentejo), o que se deve à constituição de novos casais por parte da população mais jovem, mas também, certamente, à divorcialidade que tem registado um crescimento continuado, facto que provoca uma duplicação das famílias a que correspondiam os casais que se divorciaram.

Gráfico 3 - População Residente, Alojamentos, Famílias e Edifícios e Variação 2001/2011 - Alentejo e NUT III



O aumento das famílias é acompanhado por um crescimento dos alojamentos numa proporção que ronda os 10%, patrocinado, certamente também, pela maior disponibilidade de habitação, em consequência do incremento que se verificou no sector da construção na última década. Na verdade, no último decénio, e em particular no período que antecedeu a crise financeira e económica actual, a população beneficiou de condições favoráveis à aquisição de casa própria, facto que se traduziu num crescimento significativo do número de novos edifícios, que de 2001 para 2011 aumentaram numa proporção próxima dos 10%.

A diminuição de população é um fenómeno comum à generalidade dos concelhos

Se procurarmos analisar a demografia regional decorrente dos resultados preliminares do censo de 2011 ao nível concelhio, podemos verificar que a diminuição de popu-

lação é um fenómeno comum à generalidade dos municípios, afectando tanto os do litoral como os do interior, e, da mesma forma, tanto os concelhos mais populosos como os de menor dimensão.

Quadro 2 - População Residente e Variação 2001/2011 NUT III e Concelhos

Concelhos	Popula- ção	Var. 2001/2011		Concelhos	Popula- ção	Var. 2001/2011	
	Mil Hab.	%	Mil Hab.		%		
ALTO ALENTEJO	118,9	-8,17	-6,4	BAIXO ALENTEJO	126,6	-8,50	-6,3
Alter do Chão	3,6	-0,35	-8,8	Aljustrel	9,2	-1,33	-12,6
Arronches	3,2	-0,22	-6,6	Almodôvar	7,5	-0,67	-8,3
Avis	4,6	-0,62	-11,9	Alvito	2,5	-0,17	-6,1
Campo Maior	8,8	0,41	4,8	Barrancos	1,8	-0,08	-4,3
Castelo de Vide	3,4	-0,50	-12,8	Beja	35,7	-0,03	-0,1
Crato	3,8	-0,56	-12,9	Castro Verde	7,2	-0,37	-4,9
Elvas	23,1	-0,27	-1,2	Cuba	4,9	-0,11	-2,2
Fronteira	3,4	-0,32	-8,6	Ferreira do Alentejo	8,3	-0,75	-8,3
Gavião	4,1	-0,74	-15,2	Mértola	7,3	-1,42	-16,3
Marvão	3,6	-0,48	-11,8	Moura	15,2	-1,40	-8,5
Monforte	3,4	-0,04	-1,2	Ourique	5,4	-0,81	-13,1
Mora	5,0	-0,78	-13,5	Serpa	15,6	-1,10	-6,6
Nisa	7,4	-1,24	-14,4	Vidigueira	5,9	-0,25	-4,1
Ponte de Sor	16,7	-1,45	-8,0	ALENTEJO LITORAL	97,9	-2,06	-2,1
Portalegre	25,0	-1,01	-3,9	Alcácer do Sal	13,0	-1,31	-9,1
ALENTEJO CENTRAL	167,5	-6,12	-3,5	Grândola	14,9	-0,05	-0,3
Alandroal	5,9	-0,66	-10,0	Odemira	26,1	0,00	0,0
Arraiolos	7,4	-0,26	-3,5	Santiago do Cacém	29,7	-1,39	-4,5
Borba	7,4	-0,38	-4,8	Sines	14,3	0,68	5,0
Estremoz	14,3	-1,34	-8,6	LEZIRIA DO TEJO	247,8	7,00	2,9
Évora	57,1	0,55	1,0	Almeirim	23,4	1,45	6,6
Montemor-o-Novo	17,4	-1,17	-6,3	Alpiarça	7,7	-0,32	-3,9
Mourão	2,7	-0,56	-17,5	Azambuja	21,8	0,94	4,5
Portel	6,4	-0,69	-9,7	Benavente	29,4	6,13	26,4
Redondo	7,0	-0,26	-3,5	Cartaxo	24,6	1,19	5,1
Reguengos de Monsaraz	10,9	-0,45	-3,9	Chamusca	10,1	-1,37	-11,9
Sousel	5,1	-0,68	-11,7	Coruche	19,9	-1,40	-6,6
Vendas Novas	11,8	0,22	1,9	Golegã	5,5	-0,23	-4,0
Viana do Alentejo	5,7	0,13	2,3	Rio Maior	21,2	0,12	0,6
Vila Viçosa	8,3	-0,58	-6,5	Salvaterra de Magos	22,1	1,89	9,4
				Santarém	62,2	-1,40	-2,2
Fonte: INE – Censos 2011, resultados preliminares							

Fonte: INE – Censos 2011, resultados preliminares

Só a intensidade de decréscimo demográfico é que regista algumas variações, provocando mesmo reduções significativas dos efectivos demográficos, como é o caso dos concelhos de Gavião, Mértola e Mourão, que viram a sua população reduzida em proporções superiores a 15% (15,2, 16,3 e 17,5% respectivamente).

Apenas 6 concelhos em 47, do Alentejo, não sofreram diminuição populacional, sendo que um deles, Odemira, teve uma variação nula. Dos restantes destacam-se Sines e Campo Maior como aqueles que registaram as maiores subidas percentuais, (5,0 e 4,8% respectivamente), enquanto que os outros, Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas, cresceram em proporções que rondam os 2%, (1,0, 1,9 e 2,3% respectivamente).

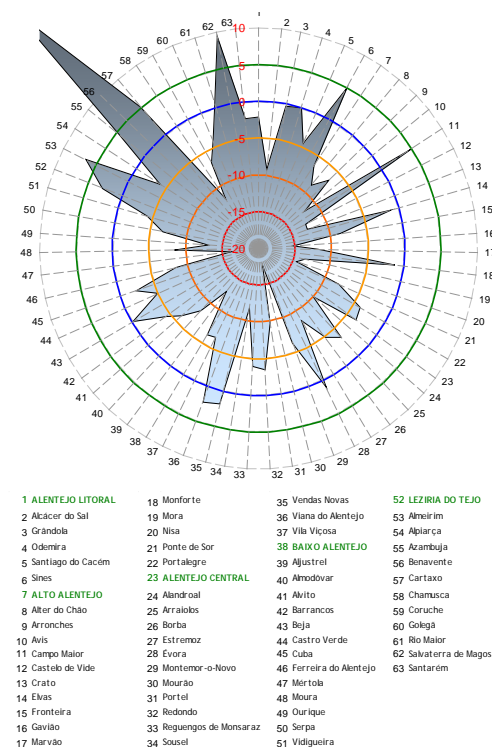
Quadro 3 - População Residente e Variação 2001/2011
NUT III e Concelhos

Variação Positiva		Variação negativa entre -5 e -10%	
Variação Superior a 20%			
Benavente	26,4	Alvito	-6,1
Variação entre 5 e 10%		Montemor-o-Novo	-6,3
Salvaterra de Magos	9,4	Vila Viçosa	-6,5
Almeirim	6,6	Arronches	-6,6
Variação entre 0 e 5%		Serpa	-6,6
Sines	5,0	Coruche	-6,6
Campo Maior	4,8	Ponte de Sor	-8,0
Azambuja	4,5	Almodôvar	-8,3
Viana do Alentejo	2,3	Ferreira do Alentejo	-8,3
Vendas Novas	1,9	Moura	-8,5
Évora	1,0	Fronteira	-8,6
Rio Maior	0,6	Estremoz	-8,6
Odemira	0,0	Alter do Chão	-8,8
Variação Negativa		Alcácer do Sal	-9,1
Variação negativa inferior a -5%		Portel	-9,7
		Variação negativa entre -10 e -15%	
Beja	-0,1	Sousel	-11,7
Grândola	-0,3	Marvão	-11,8
Elvas	-1,2	Avis	-11,9
Monforte	-1,2	Chamusca	-11,9
Cuba	-2,2	Aljustrel	-12,6
Santarém	-2,2	Castelo de Vide	-12,8
Arraiolos	-3,5	Crato	-12,9
Redondo	-3,5	Ourique	-13,1
Portalegre	-3,9	Mora	-13,5
Reguengos de	-3,9	Nisa	-14,4
Alpiarça	-3,9	Variação negativa superior a -15%	
Golegã	-4,0	Gavião	-15,2
Vidigueira	-4,1	Mértola	-16,3
Barrancos	-4,3	Mourão	-17,5
Santiago do Cacém	-4,5		
Borba	-4,8		
Castro Verde	-4,9		

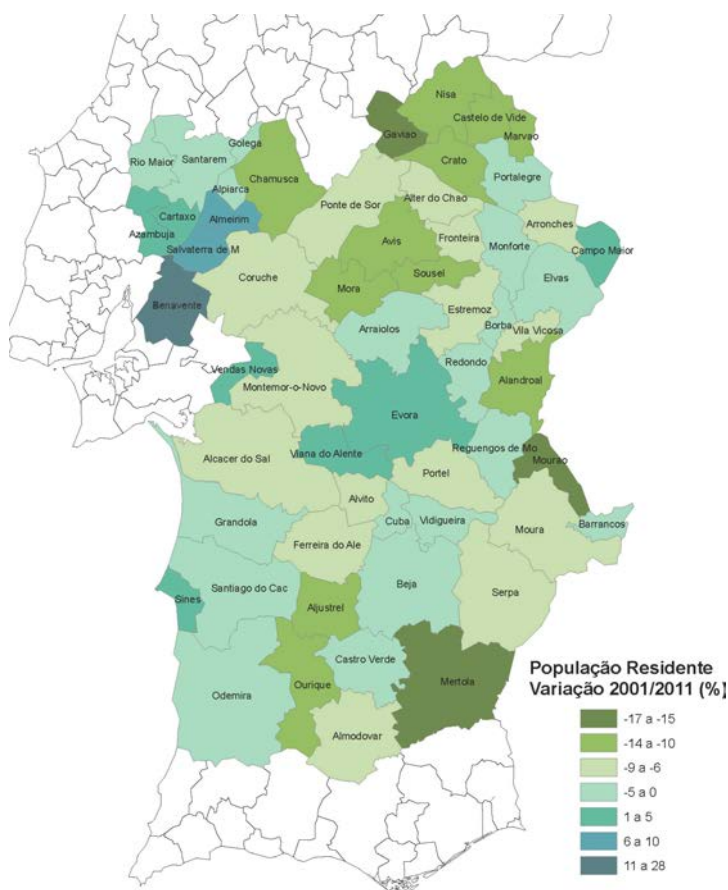
Fonte: INE – Censos 2011, resultados preliminares

Se estendermos a análise à Lezíria do Tejo, aí podemos verificar uma dualidade de comportamento no contexto da evolução demográfica, que se caracteriza pelo facto de serem os concelhos que se encontram mais próximos de Lisboa que registam crescimento, enquanto que os mais afastados viram também os seus efectivos demográficos reduzidos. Benavente é o concelho com maior proximidade à capital do país e, simultaneamente, aquele que maior crescimento apresentou, beneficiando de um aumento de população, na última década, que superou em mais de ¼ (26%) o valor de 2001. Salvaterra de Magos e Almeirim também tiveram um crescimento elevado 9,4 e 6,6% respectivamente.

Gráfico 4 - Variação da População Residente 2001/2011
Concelhos



Mapa 1- Variação da População Residente 2001/2011 Concelhos

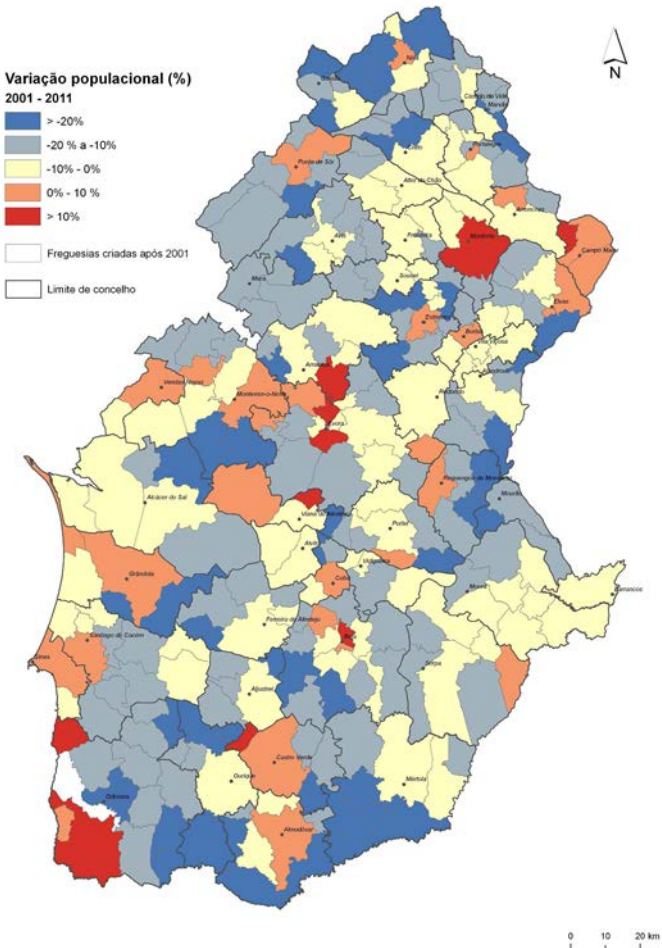


A disseminação pelo território deste comportamento demográfico analisado ao nível das freguesias evidencia também uma considerável dispersão do fenómeno do despovoamento. Se observamos no mapa as taxas de variação populacional de 2001 a 2011, podemos verificar a pequena incidência das manchas correspondentes a crescimento positivos, sendo de realçar, à excepção das freguesias periféricas aos principais centros urbanos e que beneficiaram de programas de expansão urbana, os casos de Monforte e Campo Maior pela sua localização periférica, e de Vendas Novas e Montemor, beneficiárias da proximidade a Lisboa, bem como de toda a zona litoral alentejana onde não se registaram decréscimos significativos.

Nas freguesias da periferia interior Norte e Sul do território regional foi onde se verificou maior decréscimo demográfico

As grandes manchas de decréscimo demográfico encontram-se patentes nas freguesias da periferia interior Norte e Sul do território regional.

Mapa 2 - Variação da População Residente 2001/2011 Freguesias



Neste contexto e de forma agregada, podemos dizer que crescimento demográfico só se verificou em 42 freguesias (14%), 21 das quais tiveram aumentos inferiores a 5% e só 11 viram a sua população crescer em taxas superiores a 10%. A maior parte destas corresponde a freguesias urbanas, ou que beneficiam de fenómenos de crescimento residencial derivados da proximidade aos principais centros urbanos, como é o caso da Igrejinha e de Aguiar com taxas de crescimento elevadas (17,4 e 21,5%, respectivamente) beneficiárias da área de influência de Évora.

Quadro 4 - Variação da População Residente 2001/2011 Freguesias

Das 257 freguesias (86%) que registaram decréscimos de-

Variação 2001/2011	nº de freguesias	%
Positiva	42	14,0
0 - 5%	21	7,0
5 - 10%	10	3,3
> 10%	11	3,7
Negativa	257	86,0
> -50%	8	2,7
-25 - 50%	50	16,7
-15 - 25%	87	29,1
-5 - 15%	82	27,4
0 - 5%	30	10,0
Total	301	100,0

mográficos cerca de 20% tiveram diminuições superiores a ¼ da sua população, e cerca de metade (46,5%), registaram taxas de variação populacional compreendidas ente os -5 e os -25%. Apenas 10% das freguesias alentejanas sofreram ligeiros decréscimos, com perdas de população em proporções inferiores a -5%.

Os resultados do CENSO 2011 no contexto da estratégia de desenvolvimento regional

Ao verificar estas tendências dos dados preliminares do Censos 2011, recordem-se os desafios de natureza demográfica que se colocam ao processo de ordenamento e desenvolvimento territorial da Região no futuro próximo e previstos no PROTA, (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo):

- Sustentar a perda demográfica e qualificar e atrair recursos humanos
- Combater os processos de desertificação

O PROTA preconiza também uma estruturação do sistema urbano suportada fundamentalmente num conjunto de corredores transversais e longitudinais e em Centros Urbanos Regionais, Estruturantes e Complementares.

Apesar das tendências evidenciadas pelos dados preliminares do Censos 2011 revelarem a continuada perda demográfica da região, verifica-se no entanto que, ao nível dos corredores que suportam a estruturação do sistema urbano, somente os corredores central e litoral revelam alguma dinâmica populacional tendencialmente positiva.

Quanto aos Centros Urbanos Regionais, Centros Urbanos Estruturantes e Centros Urbanos Complementares, as tendências populacionais revelaram-se de forma diversificada nas várias tipologias definidas, isto é, as tendências das variações populacionais não revelam relação directa com a tipologia dos Centros Urbanos definidos no PROTA.

Mapa 3 - Variação da População Residente 2001/2011 Freguesias

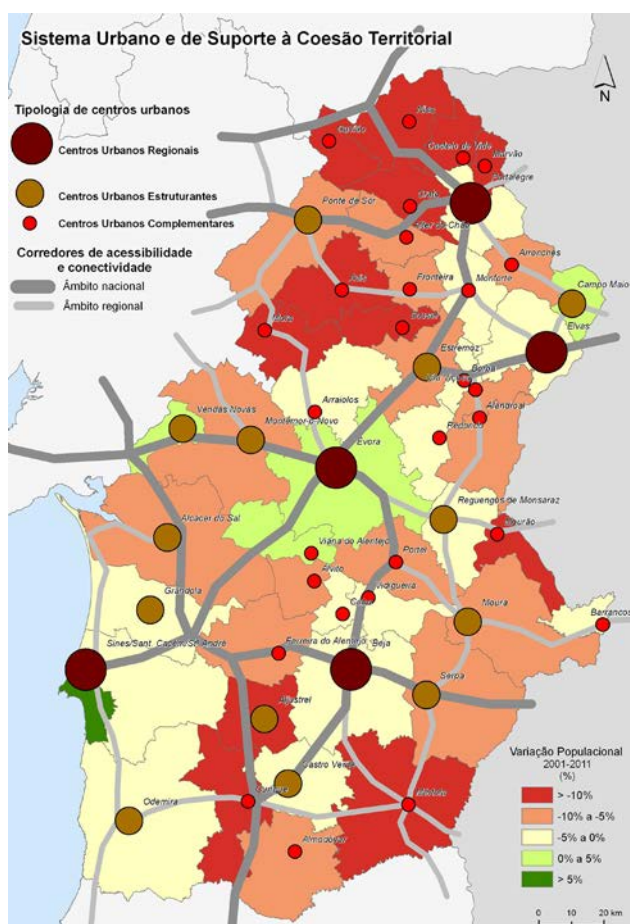
No Alentejo, só os concelhos de Sines, Campo Maior, Viana do Alentejo, Vendas Novas e Évora, apresentam uma ligeira tendência positiva, face aos dados de 2001. No entanto, será de realçar o facto da população revelar uma

tendência genérica de concentração nas freguesias urbanas mais populosas, em detrimento do despovoamento das freguesias rurais e menos populosas.

Constituindo-se o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo como um documento de referência para o planeamento territorial, os dados do CENSOS 2011 que começam agora a ser disponibilizados são uma fonte essencial para a sua avaliação, seja das opções estratégicas de base territorial, seja fundamentalmente do modelo de sistema urbano e de suporte à coesão territorial que preconiza, seja mesmo das orientações de natureza operacional que encerra.

A análise efectuada dos dados preliminares do CENSOS 2011 e o seu posterior aprofundamento considera-se igualmente oportuna e relevante, como um contributo para a eventual redefinição dos actuais instrumentos de política pública, ou mesmo para a criação de novos, no quadro da preparação do novo período de programação dos fundos comunitários que Portugal e o Alentejo venham a dispor após 2013

A progressiva desertificação do Alentejo carece cada vez mais de políticas públicas, com relevância politicamente assumida, mais focadas especificamente nesta realidade e dispendo de recursos financeiros significativos. Estas políticas públicas devem pois contribuir activamente para a coesão territorial do país e das suas regiões, para o que a melhoria da competitividade dos principais centros urbanos, a ocupação sustentável dos territórios rurais e de baixa densidade e a qualidade de vida das populações são eixos de intervenção que importa aprofundar.

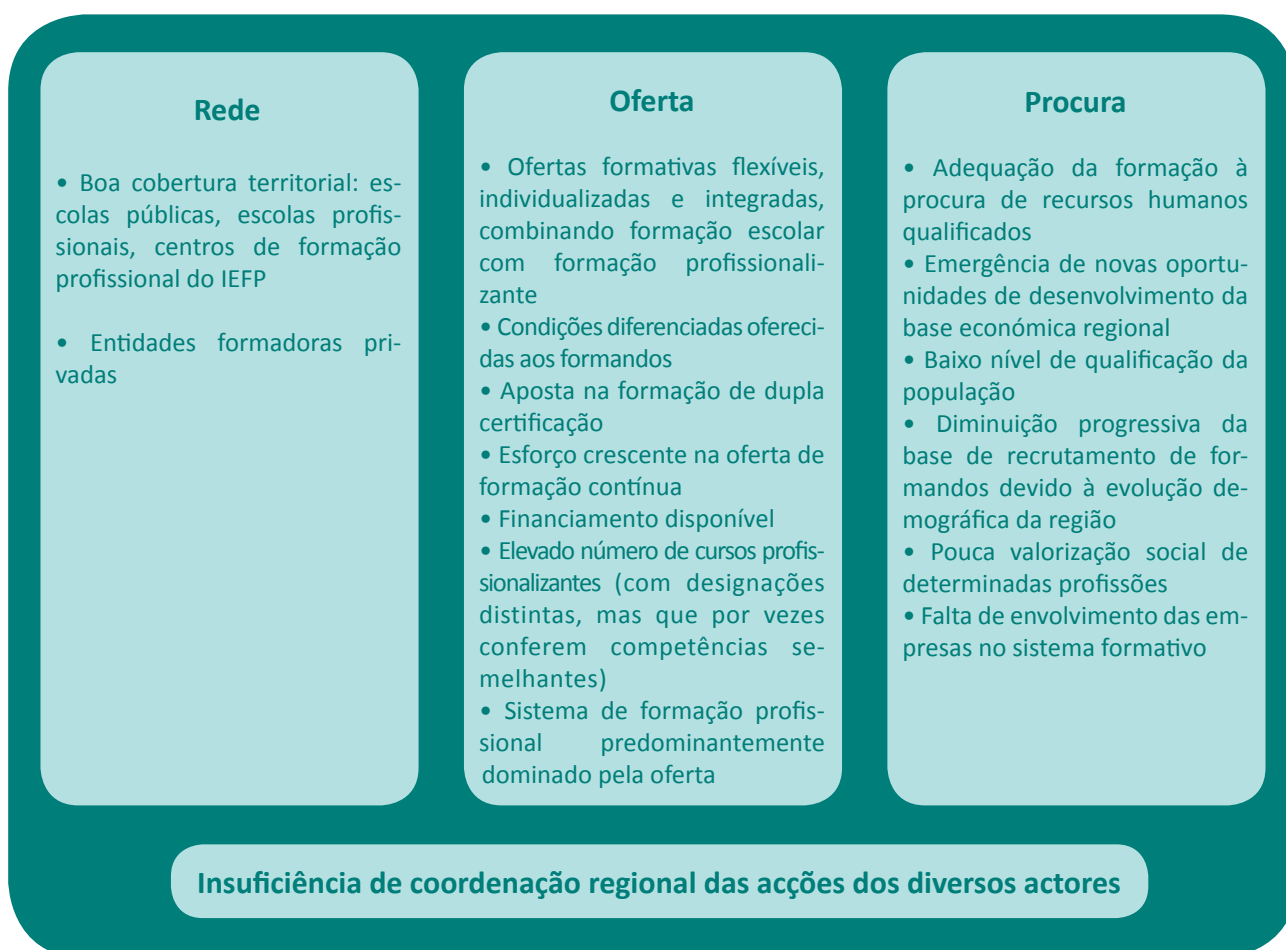


Rede Regional de Oferta Formativa: qualificação, eficiência e coesão territorial

No âmbito da participação da CCDR Alentejo em vários fóruns relacionados com a qualificação dos recursos humanos regionais e as políticas activas de emprego, atentas as competências da CCDR em termos de desenvolvimento regional identificou-se a necessidade de promover a racionalização e qualificação da rede regional de cursos profissionalizantes. Para operacionalizar a articulação institucional entre os principais actores regionais com responsabilidades nesta temática, iniciou-se em 2010 um trabalho conjunto com a Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Direcção Regional de Educação, no sentido de se encontrar uma visão concertada e uma estratégia regional para a qualificação e sustentabilidade da rede de oferta formativa que responda de forma eficaz e eficiente à melhoria do aproveitamento escolar e às necessidades do mercado de trabalho, num quadro de coesão territorial.

Sendo este um projecto em curso considera-se, no entanto, oportuno dar a conhecer os seus pressupostos, bem como, o essencial dos trabalhos já desenvolvidos.

Principais Constrangimentos e Desafios



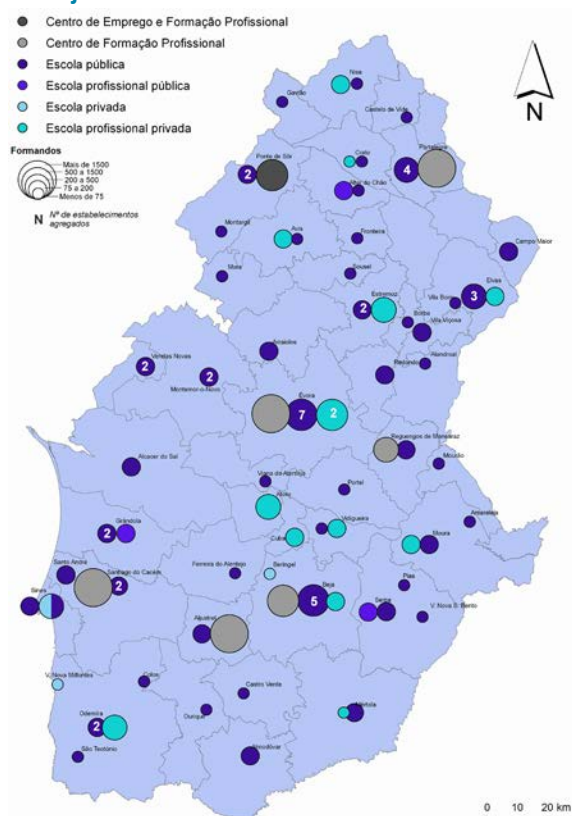
Estes desafios já foram também genericamente identificados em 2008 aquando da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo) e tiveram mesmo acolhimento nos respectivos princípios orientadores onde se reconhece a necessidade de melhorar a “articulação entre a rede de agrupamentos de escolas do ensino secundário e profissional, e outras instituições formadoras, de forma a permitir o desenvolvimento de uma rede de cursos profissionalizantes, adequado às necessidades do tecido económico regional e respondendo a novas necessidades globais do mercado de trabalho”.

Efectivamente, a diversidade da oferta formativa tem um papel essencial, quer no combate ao insucesso educativo, possibilitando que um número crescente de jovens não abandone a escola precocemente, quer no facto de que à entrada

no mercado de trabalho, os jovens tenham concluído, pelo menos o ensino secundário. Neste caso, pretende-se que tenham prosseguido percursos conferentes a dupla certificação (escolar e profissional). É de salientar ainda o papel importante na elevação dos níveis de qualificação da população adulta. No entanto, além destes pressupostos básicos que efectivamente constituem a base estruturante para a elevação da qualificação dos portugueses, é importante que essa rede tenha ligações ao tecido económico regional, tendo uma cobertura eficaz, quer territorial, quer ao nível dos públicos alvo.

Na verdade, a criação de dinâmicas de aperfeiçoamento contínuo e de aceleração do processo de modernização e crescimento económico só serão possíveis com recursos humanos qualificados. É a indução destas dinâmicas na

Mapa 1- Entidades Formadoras e Formandos da Região Alentejo



Fonte: DREAlentejo e Delegação Regional IEF

região que nos move a procurar uma visão concertada e uma estratégia regional para a qualificação e sustentabilidade da rede de oferta formativa.

No Alentejo, cerca de 20.000 formandos frequentaram cursos profissionalizantes dos quais aproximadamente 12.000 são adultos e existem 99 estabelecimentos que

oferecem formação. Destes estabelecimentos os que têm o maior número de formandos são os Centros de Formação Profissional, seguidos pelas Escolas Públicas de Évora e Beja.

Áreas de Formação com maior nº de Formandos



Fonte: DREAlentejo e Delegação Regional IEF

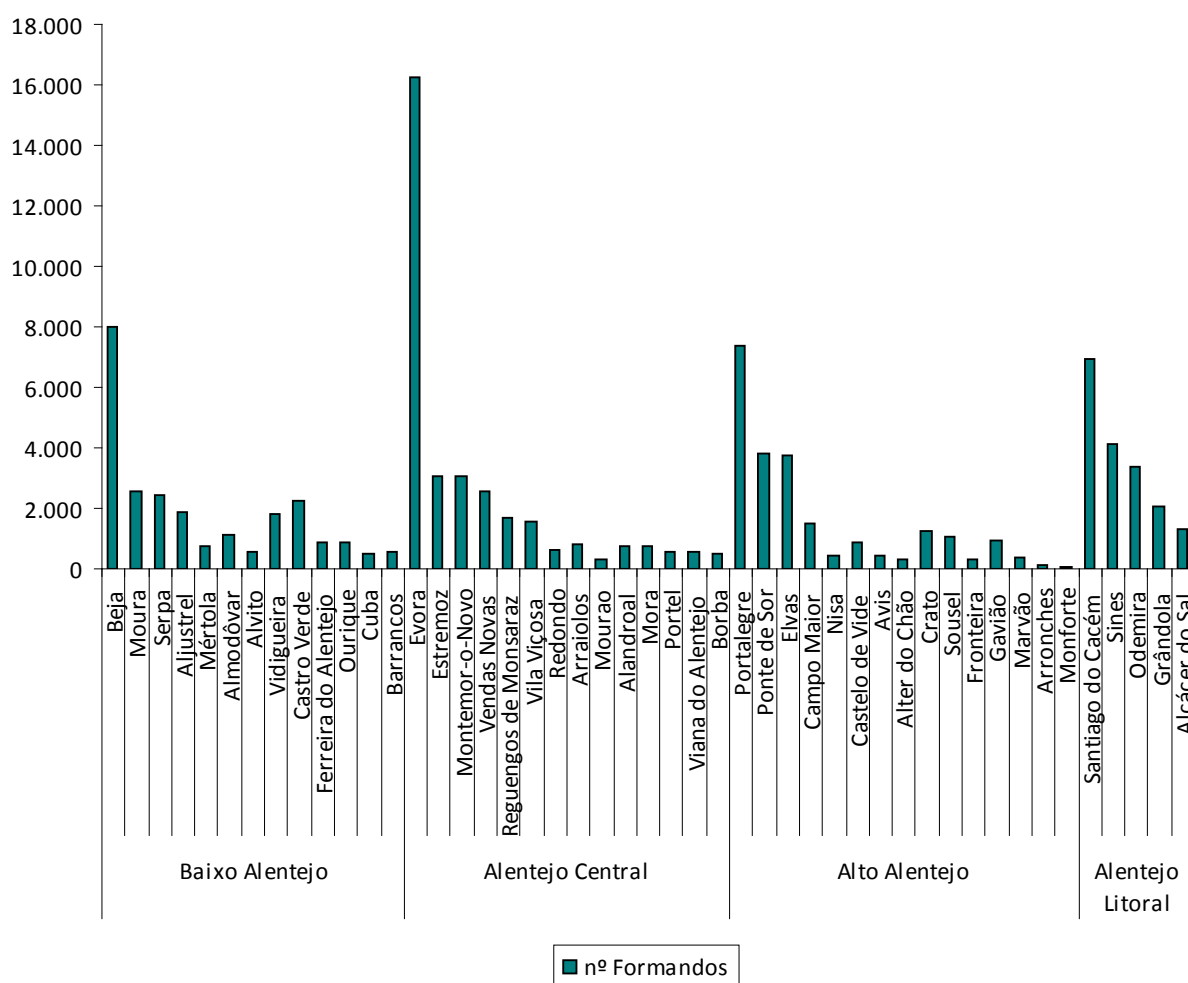
Quanto às áreas de formação identificadas com maior número de formandos abrangidos, existe um tronco comum em todas as sub-regiões, designadamente, Informática, Serviços de Apoio Social e Hotelaria e Turismo e depois algumas especificidades das quais se pode salientar a Metalúrgica e Metalomecânica no Alentejo Litoral que se adequa com o tecido empresarial existente na zona.

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola



O Relatório de Execução do Programa Operacional Potencial Humano referente a 2009 apresenta resultados complementares à informação anterior, uma vez que, considera todas as entidades formadoras públicas e privadas a actuar na região que foram financiadas pelo Programa.

Gráfico 1 - Número de Formandos abrangidos em 2009



Fonte: Relatório de Execução do POPH – 2009

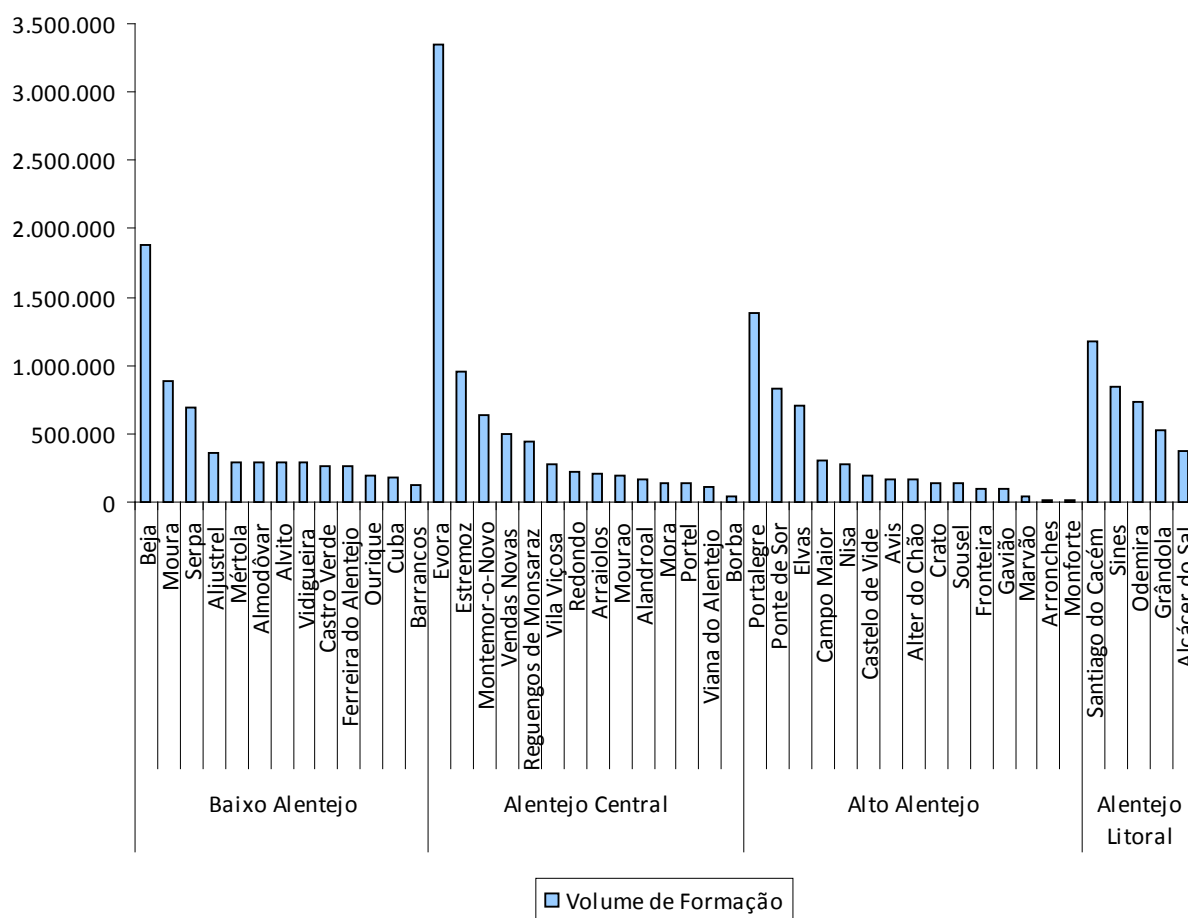
O concelho de Évora foi o que abrangeu o maior número de formandos (16 227) em cursos profissionalizantes, seguido por Beja, Portalegre e Santiago do Cacém com um número próximo de formandos.

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão



Também é relevante o facto de existirem concelhos cujo número de formandos é menor no contexto da sub-região, contudo o volume de formação auferido por estes é maior. Nesta situação encontram-se os concelhos de Castro Verde, Arraiolos e Crato. O Alentejo Litoral mantém a mesma ordem de número de formandos abrangidos e volume de formação ministrado.

Gráfico 2 - Volume de Formação em 2009



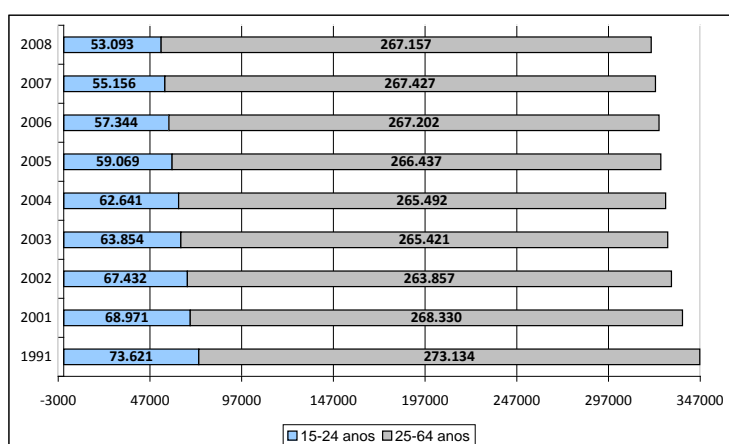
Fonte: Relatório de Execução do POPH – 2009

São identificados concelhos cujo número de formandos abrangidos no contexto da sub-região são mais expressivos que os volumes de formação. É o caso de, por exemplo, Aljustrel e Redondo.



Desde 1991 que se verifica uma perda dos potenciais formandos nas vertentes jovens e adultos. No entanto, o número de adultos passíveis de ser candidatos a formação profissional é cinco vezes maior que os jovens. Com a quantidade de oferta existente para os jovens, quer em termos de ensino regular, quer profissionalizante parece pertinente que as entidades com responsabilidades neste domínio possam vir a equacionar uma maior aposta na formação profissional de adultos.

Gráfico 3 - Evolução Populacional dos potenciais Formandos Jovens e Adultos (1991 a 2008)



Fonte: INE (Censos e Estimativas da População)

Mapa 2 - Dinâmicas de Desenvolvimento Regional



Visão estratégica / Dinâmicas de desenvolvimento regional / Ofertas formativas

Suportada nos principais documentos estratégicos actuais a visão sub-regional que se apresenta das dinâmicas de desenvolvimento económico deve contribuir para a qualificação e racionalização das ofertas formativas, numa perspectiva de médio prazo, não esquecendo o “capital” de competências e recursos actualmente existentes nos diferentes operadores.

Numa perspectiva de planeamento estratégico da oferta formativa, sempre condicionada pela incerteza dos dias de hoje, pela qualidade das iniciativas dos operadores e por abordagens que não se esgotam numa análise de base regional, nem mesmo nacional, as ofertas formativas regionais direccionadas para as actividades económicas comuns em todas as sub-regiões (Agricultura e Turismo) e as actividades económicas específicas e emergentes não podem deixar de ser tidas em conta.

Uma análise mais fina da realidade regional e da sua evolução nos últimos anos é necessariamente uma fase deste trabalho que importa ainda aprofundar, para que as propostas dele decorrentes sejam as mais adequadas e possam contribuir efectivamente para a qualificação dos recursos humanos, para a sua empregabilidade e para a sustentabilidade da rede.

Ações desenvolvidas e linhas programáticas futuras

Após uma 1ª fase de análise desta problemática entre a CCDR Alentejo, a Delegação Regional do IEFP e a Direcção Regional de Educação alargou-se o debate sobre a racionalização e qualificação da rede de oferta formativa às escolas profissionais da região, daí decorrendo algumas linhas programáticas de trabalho futuro, nomeadamente:

- Racionalização e qualificação da rede com maior e mais articulada intervenção das entidades públicas regionais;

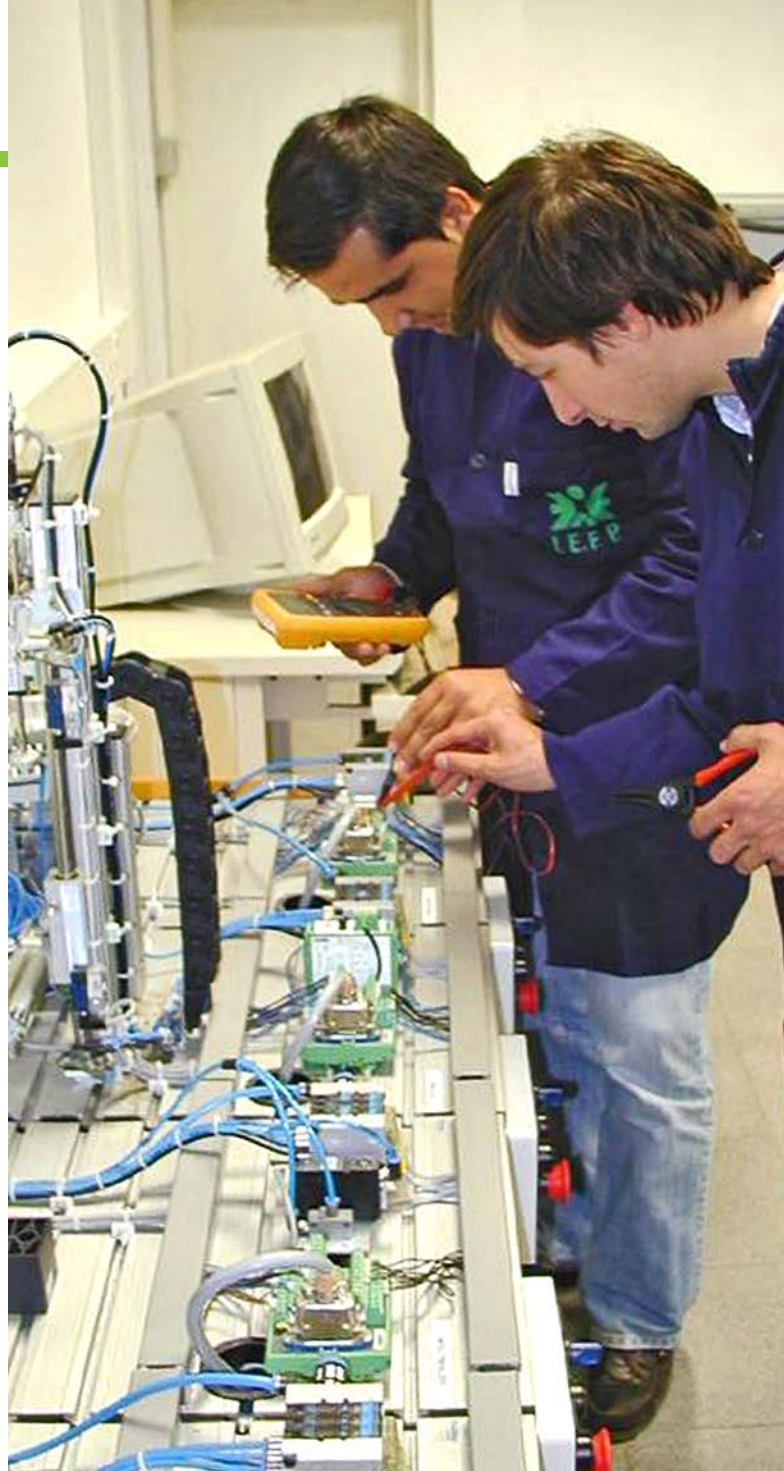
- Flexibilização do processo de licenciamento dos cursos, como forma de garantir uma concorrência “saudável” com as escolas secundárias;
- Aprofundamento por parte das escolas profissionais da sua identidade formativa com vista à diferenciação da oferta e à construção de referenciais de excelência e de notoriedade;
- Monitorização da empregabilidade dos formandos como forma de avaliar os projectos educativos das escolas e informar os potenciais formandos;
- Melhoria da promoção e marketing da oferta formativa regional.

Neste processo foi ainda considerado importante o envolvimento e os contributos de outras entidades, com destaque para a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), enquanto organismo responsável pela coordenação da execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos, e da estrutura regional do Programa Operacional do Potencial Humano.

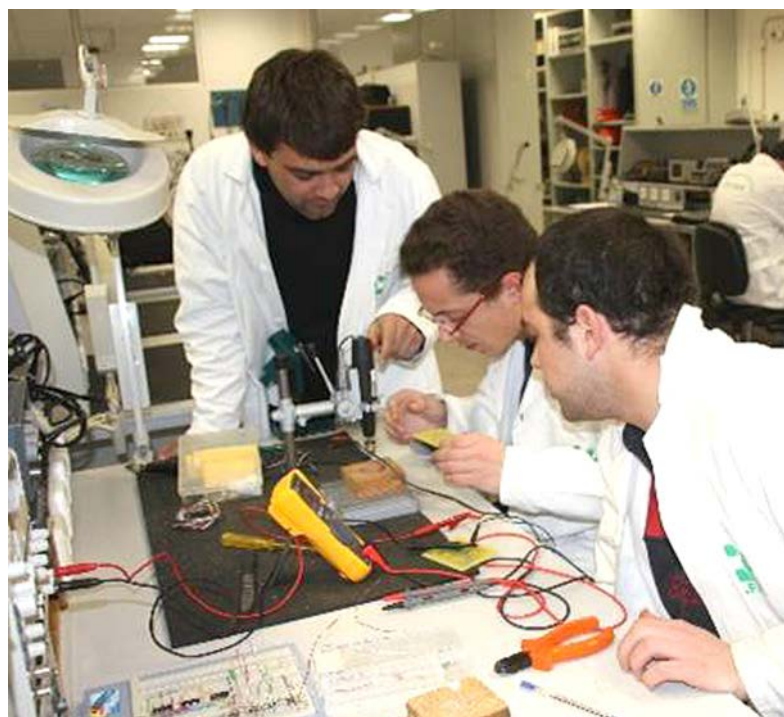
A CCDRALentejo tem sido neste processo o “catalisador” regional desta iniciativa, seja na sua dinamização, seja na interlocução com os actores regionais relevantes, públicos e privados, importando agora para a continuação do projecto integrar outros parceiros, nomeadamente, outras entidades formadoras e (escolas públicas, entidades privadas, etc) os representantes do tecido económico e social regional.

Não despendendo para a continuidade dos trabalhos regista-se a receptividade e mesmo o incentivo da parte dos actuais parceiros para esta iniciativa, num quadro de articulação/concertação regional potenciadora da reflexão estratégica e da proposta de medidas e de instrumentos de política pública mais ajustados ao desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo.

Por último, importa ainda assinalar que se considera muito desejável o desenvolvimento desta iniciativa num quadro geral do país em que a qualificação dos recursos humanos é um elemento essencial para a melhoria da competitividade da economia portuguesa e em que a eficácia e eficiência na utilização dos recursos financeiros disponíveis para a promoção das políticas públicas são requisitos essenciais. Destaca-se ainda a sua oportunidade como contributo para a preparação do novo ciclo de programação dos fundos estruturais (2014/2020) e de aprofundamento regional da política de coesão da União Europeia e do País.



Centro de Formação Profissional de Évora





INALENTEJO - L'And Vineyards, Montemor-o-Novo



